



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**  
**INSTITUTO EDUCAR**  
**CURSO DE AGRONOMIA**

**DOUGLAS GRASSELLI**

**CONTESTO DA COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DA ANNONI:**  
**COMO O MODELO INFLUÊNCIA NESSAS RELAÇÕES**

**PONTÃO**  
**2018**

**DOUGLAS GRASELLI**

**CONTEXTO DA COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DA ANNONI:  
COMO O MODELO INFLUÊNCIA NESSAS RELAÇÕES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção do  
grau de Bacharel em Agronomia da  
Universidade Federal Da Fronteira Sul.

Orientador. Prof. Dr. Adalberto Martins

PONTÃO

2018

Grasselli, Douglas

CONTEXTO DA COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DA ANNONI: COMO O MODELO INFLÊNCIA NESSAS RELAÇÕES/ Douglas Grasselli. -- 2018.  
57 f.

Orientador: Adalberto Floriano Greco Martins.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharel Em agronomia, Erechim, RS, 2018.

1. Cooperação. 2. Agronegócio. 3. Agricultura Camponesa. 4. Assentamentos da Reforma Agrária. I. Martins, Adalberto Floriano Greco, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Fonte: Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo autor.

DOUGLAS GRASSELLI

“VERTENTE HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO DO MST NOS ASSENTAMENTOS DA  
FAZENDA ANNONI”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de  
Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Adalberto Floriano Greco Martins

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 08/06/2018.

Banca examinadora:

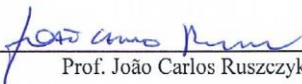


---

Prof. Adalberto Floriano Greco Martins

---

Prof. Miguel Enrique Stédile



---

Prof. João Carlos Ruszczyk

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente aqui, a minha mãe, Salete, sem a qual eu não estaria aqui, pois desde sempre se fez presente em todos os momentos de minha caminhada, nunca sendo diferente dessa pessoa incomparável e mulher lutadora. Aqui também agradeço a meus familiares.

Em segundo lugar quero agradecer ao Educar, onde tive a oportunidade de cursar o ensino superior, onde pude compreender que a educação pode ser libertadora e transformadora, e que nunca seremos capazes de construir um novo melhor sozinhos.

Quero agradecer a Adalberto Martins (Pardal), pelo elementar apoio durante esse tempo, pela paciência e amizade, e, além disso, pelo tempo que tem dedicado diretamente a escola e a turma de Ênio Guterres, e indiretamente no seu dia a dia a nossos espaços.

Quero agradecer a meus colegas, em especial Marcos Dione (Marcão), Jonathan, Elias, Vinícius, Lucas, Bruno, Jeferson (Ceara), Keila, Donizete, Vanderson, e todos os demais pela oportunidade que nos proporcionamos no decorrer dessa experiência e que sempre souberam a importância de construir a escola. Seguiremos a construindo.

As conversas foram importantes a nossa formação, tenho certeza que nunca seremos os mesmos depois, mas seremos, essa construção.

Aqui, em muito especial e com muito amor, quero agradecer a minha companheira Patrícia, a quem não me imagino planejar nada sem, que durante essa trajetória ajudou muito a minha construção, a quem muito admiro e procuro aprender sempre.

Por fim ao MST, pela oportunidade de poder aprender e ensinar. Pela oportunidade que destes a milhares de famílias, que veem na terra a libertação ao capitalismo e as mazelas que ele produz. Hoje os sem terra que a mais de trinta anos libertam a terra do latifúndio veem os filhos e filhas de sua luta, tendo a oportunidade de acessar a universidade.

## **RESUMO**

A cooperação desempenha importante papel para a reprodução social e econômica nos assentamentos da reforma agrária. Estudar como se deram as experiências compreendendo seus limites e perspectivas pode ser uma importante ferramenta para os assentados. Este trabalho foi realizado nos assentamentos da Annoni, onde foram estudados, neste lugar o qual é berço de muitas experiências, as formas existentes de cooperação, com o objetivo de compreender melhor como a cooperação contribuiu para o desenvolvimento econômico e social das famílias, desde suas formas mais simples, na esfera da comunidade, assim como as formas complexas, expressas nas cooperativas. Para isso foi realizado um estudo de caso, onde através de estudo bibliográfico e entrevistas foram levantadas as informações que são discutidas no trabalho. Projetar um olhar do ponto de vista da unidade camponesa oferece uma ótica mais detalhada a respeito de como o Capital explora os agricultores, como este torna os agricultores simples produtores de mercadorias, sujeitos as variações do mercado, assim como pode nos oferecer diferentes ferramentas e estratégias para as existentes e as novas formulações. O modelo produtivo, que predomina no assentamento, é quem dita o ritmo das tomadas de decisão quanto a forma de trabalho, o qual é antagônico ao trabalho cooperado e democrático. As experiências passadas ensinaram isso. É preciso formular iniciativas que vão na contramão da dependência do mercado econômico, da produção das commodities. O aprendizado adquirido com o tempo, durante a trajetória do MST em suas diversas experiências nos mostram que a organização popular e democrática pode produzir ótimos resultados, contribuindo na organização dos assentamentos, transformando-os em espaços economicamente desenvolvidos, socialmente justos e politicamente ativos.

**Palavras-chaves:** Reprodução Social, Unidade Camponesa, Reforma Agrária, Cooperativas.

## RESUMEN

La cooperación desempeña un importante papel para la reproducción social y económica en los asentamientos de la reforma agraria. Estudiar cómo se dieron las experiencias comprendiendo sus límites y perspectivas puede ser una importante herramienta para los asentados. Este trabajo se realizó en los asentamientos de Annoni, donde se estudiaron, en este lugar, el cuna de muchas formulaciones, las formas existentes de cooperación, con el objetivo de comprender mejor cómo la cooperación contribuyó al desarrollo económico y social de las familias, formas más simples, en la esfera de la comunidad, así como las formas complejas, expresadas en las cooperativas. Para ello se realizó un estudio de caso, donde a través de estudio bibliográfico y entrevistas se levantaron las informaciones que se discuten en el trabajo. La proyección de una mirada desde el punto de vista de la unidad campesina ofrece una óptica más detallada en cuanto a cómo el Capital explora a los agricultores, como éste hace a los agricultores simples productores de mercancías, sujetos a las variaciones del mercado, así como nos puede ofrecer diferentes herramientas y estrategias para las existentes y las nuevas formulaciones. El modelo productivo, que predomina en el asentamiento, es quien dicta el ritmo de las tomada de decisión en cuanto a la forma de trabajo, el cual es antagónico al trabajo cooperado y democrático. Las experiencias pasadas enseñaron eso. Es necesario formular iniciativas que van en contra de la dependencia del mercado económico, de la producción de las commodities. El aprendizaje adquirido con el tiempo, durante la trayectoria del MST en sus diversas experiencias nos muestra que la organización popular y democrática puede producir buenos resultados, contribuyendo en la organización de los asentamientos, transformándolos en espacios económicamente desarrollados, socialmente justos y políticamente activos.

**Palabras-claves:** Reproducción Social, Unidad Campesina, Reforma Agraria, Cooperativas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 - CAPÍTULO I – A LUTA PELA TERRA E A COOPERAÇÃO NA ANNONI</b>	<b>12</b>
1.1 O CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL .....	12
1.2 O CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL .....	13
1.3 O ACAMPAMENTO NATALINO E A LUTA PELA TERRA NA ANNONI .....	14
1.4 A LUTA PELA TERRA E A COOPERAÇÃO .....	15
<b>2 CAPÍTULO II – A COOPERAÇÃO DO MST E A ANNONI.....</b>	<b>22</b>
2.1 A COOPERAÇÃO DESENVOLVIDA PELO MST .....	22
2.2 UMA PERSPECTIVA CHAYANOVIANA .....	26
2.3 FORMAS SIMPLES DE COOPERAÇÃO DESENVOLVIDAS NO ASSENTAMENTO .....	29
2.4 AS FORMAS MAIS COMPLEXAS DE COOPERAÇÃO DESENVOLVIDAS NO ASSENTAMENTO .....	34
<b>3 - CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DA ANNONI .....</b>	<b>41</b>
3.1 – PERSPECTIVA CHAYANOVIANA EM VISTA AS EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO NA FAZENDA ANNONI. ....	41
3.2 OS PRINCIPAIS LIMITES E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO DO MST NA ANNONI .....	47
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>57</b>



## INTRODUÇÃO

Tida como um importante marco na luta pela terra, a fazenda Annoni, ocupada e conquistada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais no ano de 1985 representa um importante passo de uma longa trajetória de lutas no campo que se estende até hoje pelo Brasil.

Porém, a luta pela terra nesta região não inicia neste período. Recordar-se que no início da década de sessenta, cinco mil pessoas estavam acampadas próximas a cidade de Sarandi - RS, em uma fazenda de mesmo nome, fazenda essa que já decretada como área de reforma agrária pelo governo Brizola, teve seu processo de divisão interrompido pelo regime militar que iniciou em 1964 e se estendeu por vinte anos. Durante as décadas de sessenta, setenta e oitenta alguns movimentos de luta pela terra podem ser observados na região norte do Rio Grande do Sul.

Com a área conquistada pelos sem terra e após um ano da ocupação sua divisão em áreas menores, inicia-se algumas formas de trabalho cooperado por parte das famílias, trabalho esse organizado em forma de mutirão ou entorno de alguma máquina ou equipamento agrícola.

Hoje a Annoni, que é parte do território da antiga fazenda Sarandi, assenta em sua área mais de quatrocentas famílias, as quais produzem uma variedade de produtos, tanto para autoconsumo como para a indústria. Dentre esses produtos temos olerícolas, grãos, leite, gado de corte, suínos entre outros. A produção que predomina em número de área e economicamente é a soja.

Quanto as atividades cooperadas, além das acima citadas, durante os mais de trinta anos do assentamento algumas experiências foram e são desenvolvidas. Entre as experiências que não seguem hoje, temos a COANOL (Cooperativa Agrícola Novo Sarandi LTDA), cooperativa de prestação de serviços, fundada em 1990 que recebia a produção de grãos e leite, e fornecia insumos e alguns serviços aos assentados.

A COMASA (Cooperativa Mista Agropecuária Sarandiense LTDA), um frigorífico que também pertencia as famílias, esse localizado na cidade de Sarandi RS, criada em 1996. Fundada após o término da Coanol no mesmo local, também tivemos a CODASUL (Cooperativa Regional de Desenvolvimento Autossustentável) fundada em 2004 no assentamento Novo Sarandi, município de Sarandi que desenvolvia atividades junto aos assentados como venda de insumos por exemplo.

Entre as experiências que seguem temos a COOPTAR (Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata), uma CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária) fundada em 2006. A COOPTAR é uma cooperativa em que as famílias organizam e desenvolvem a produção de forma coletiva, a terra é do coletivo assim como a renda do trabalho. Atualmente são quinze famílias sócias que dividem o trabalho nos diferentes setores, sendo esses: frigorífico, lavoura, tambo leiteiro, subsistência, ciranda, refeitório, gado de corte, escritório.

Também em atividade atualmente, criada em 2008, Cooperlat (Cooperativa e Laticínios Pontão LTDA). Com caráter de Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS), a Cooperlat está inserida na cadeia de produção de leite, com a prestação de serviços como recolhimento e armazenagem de leite e assistência técnica.

Todas essas experiências acima citadas estão inseridas em um profundo contexto de análise e debate por parte do MST. Um período muito importante de formulações e debates deste movimento é durante a redemocratização burguesa e a formulação da constituição de 1988 que não efetuou a reforma agrária devido a diferentes fatores.

Com a avaliação de que as formas simples de cooperação desenvolvidas inicialmente pelos assentados não estavam conseguindo torna-los locais social e economicamente desenvolvidos, não estavam fazendo com que essas áreas se tornassem forças políticas para transformação social, e com o contato do MST com outras experiências de cooperação tanto nacionais como internacionais objetivando fortalecer as experiências de cooperação nas áreas de assentamento. É nesse contexto que são criadas as CPAs e as CPSs acima descritas.

O objetivo deste trabalho é descrever estas experiências assim como tentar entender alguns limites e potencialidades para o desenvolvimento das mesmas.

## **JUSTIFICATIVA**

Com o avanço principalmente da soja nos assentamentos da Annoni, reflexo da revolução verde também nas pequenas propriedades, a cooperação entra como importante ferramenta de resistência diante das poucas opções que o agronegócio oferece aos agricultores.

A COOPTAR, fundada no ano de 1996 tem atualmente 15 famílias associadas. Esta CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária) divide suas atividades em 8 setores, sendo eles, frigorífico, lavoura, gado de corte, subsistência, ciranda, refeitório, tambo

leiteiro, escritório. No mês de fevereiro de 2018, essa CPA abateu 147 bovinos e 1117 suínos, e com 47 vacas em lactação produziu 27.527 litros de leite no mês de janeiro do mesmo ano. A lavoura na safra 2017/2018 cultivou 46 hectares de soja, 41 hectares de milho, sendo 15 destinados a silagem, 18 hectares de feijão e posteriormente na “safrinha” 8,5 hectares de milho para silagem e mais 23 hectares de feijão. A cooperativa também possui uma área de aproximadamente 1,5 hectares para produção do autoconsumo. Nesta cooperativa os trabalhadores moram em agrovila, possuem refeitório coletivo e ciranda infantil, a qual permite com que as mulheres participem de todas as atividades desenvolvidas.

Criada no ano de 2008 a COOPERLAT atua em seis municípios do Rio Grande do Sul, sendo que no mês de dezembro essa CPS (Cooperativa de Prestação de Serviços) recolheu nos diferentes municípios 611.544 litros de leite dos 417 produtores que trabalham com a cooperativa.

Esta CPS também atua na organização de produtores de olerícolas para venda em mercados institucionais como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que teve funcionalidade por um ano, entre 2011 e 2012, e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que atualmente segue com 35 agricultores aproximadamente.

Conhecer e compreender as relações de cooperação existentes nos assentamentos da Annoni é de grande importância para as famílias pois a cooperação desempenha papel fundamental no desenvolvimento econômico e social dos assentamentos.

## **OBJETIVOS**

### **OBJETIVO GERAL**

Estudar o desenvolvimento dos processos cooperados na fazenda Annoni, sinalizando como estes podem contribuir para a reprodução econômica e social dos assentamentos dessa região.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Conhecer a fonte teórica que embasou a construção dos processos cooperados desta região.

Compreender como os processos de cooperação influenciam no modo de vida dos assentados.

Compreender o que levou as famílias a optarem pela cooperação em cada período histórico.

Estudar as formas de cooperação ainda existentes nos assentamentos, sua contribuição para os assentados, seus limites e perspectivas.

## **METODOLOGIA**

Para melhor entendimento podemos dividir a metodologia em duas partes principais, sendo a primeira uma revisão bibliográfica acerca do tema estudado, e a segunda um estudo de caso nos assentamentos que compõem a fazenda Annoni (localização em anexo).

Caracterizando um estudo de caso, para a coleta dos dados foi efetuado questionário semiestruturado (em anexo) o qual foi aplicado a pessoas diretamente envolvidas com as cooperativas, dirigentes e trabalhadores das mesmas, e também algumas famílias que participam e estão envolvidas nas cooperativas de alguma forma.

Para qualificar a coleta de dados as entrevistadas foram todas descritas para melhor análise das mesmas. Também foi utilizada a ferramenta de observação a campo durante as visitas as cooperativas, e na COOPTAR devido a vivência no Projeto de Extensão<sup>1</sup>. A vivência no assentamento, durante a alternância com o curso e antes disso no dia a dia devido a residir na Annoni também foram importantes para melhor observação na pesquisa.

---

<sup>1</sup> Projeto de extensão é um componente curricular que acontece no decorrer do curso durante as etapas de três meses, onde os alunos vão para as propriedades rurais dos assentados, no caso da Annoni, conhecendo a realidade e desenvolvendo algumas atividades pré-estabelecidas com as famílias. No caso o autor faz a vivência na COOPTAR, onde a mesma iniciou no segundo semestre do curso, a partir do ano de 2015.

## 1 - CAPÍTULO I – A LUTA PELA TERRA E A COOPERAÇÃO NA ANNONI

### 1.1 O CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

O regime militar reprimiu profundamente os movimentos de luta pela terra existentes no Brasil até o início da década de sessenta. “Rebobinando o filme, recordamos os Quilombos, Canudos, o Contestado, as Ligas Camponesas e depois um corte de vinte anos na luta pela terra[...]” (MORISSAWA 2001, p.120).

Com projetos de colonização na região da Amazônia, fortemente comprometido com a expansão agrícola do capitalismo e com isso reproduzindo as técnicas e tecnologias da revolução verde. As medidas tomadas pelo governo do período não foram efetivas no controle dos conflitos agrários na época (CARTER, 2010).

A gênese do MST foi determinada por vários fatores, sendo o principal as transformações socioeconômicas que ocorreram na agricultura brasileira durante a década de 1970, época a qual o autor José Graziano da Silva denominou de “modernização dolorosa”, período de rápida e intensa mecanização da agricultura.

Com a forte mecanização e a introdução de uma agricultura capitalista houve uma rápida expulsão de um grande contingente de trabalhadores do campo. Entre estes, expulsos do campo, haviam arrendatários, filhos de agricultores que trabalhavam com a família, ou em lote desmembrado do dos pais, os quais a partir desta “modernização”, alguns se dispuseram a colonizar outros estados, como Mato Grosso, Rondônia e Pará, porém logo se teve a constatação da inviabilidade da reprodução dos camponeses nestas regiões (STEDILE E FERNANDES, 1999).

Chegando ao fim do regime militar, em um contexto de grandes lutas políticas, motivados e organizados principalmente por setores da igreja católica<sup>2</sup>, a ocupação e conquista das Fazendas Macalli e Brilhante, dão início a um período de intensas lutas em diversas regiões do Brasil.

No Rio Grande do Sul, foram os colonos expulsos das terras indígenas que ocuparam as fazendas Macalli e Brilhante, em setembro de 1979. No oeste do estado de São Paulo, a resistência dos posseiros a pecuária na fazenda Primavera impediu a expulsão de suas roças e logrou a recuperação da área grilada mediante um decreto presidencial assinado em 1980. No estado vizinho de Mato Grosso do Sul, arrendatários de diversas fazendas no município de Naviraí resistiram também a expansão da pecuária e, em maio de 1981, camponeses da região ocuparam a fazenda Baunilha. No sudoeste do Paraná, a construção da hidrelétrica de Itaipu deixou milhares de famílias camponesas

---

<sup>2</sup> Destaca-se aqui a CPT (Comissão Pastoral da Terra) criada em 1975 com objetivo de prestar ajuda aos oprimidos do campo.

desamparadas. No oeste de Santa Catarina, famílias camponesas com pouca terra ocuparam a fazenda Burro Branco, em maio de 1980, e resistiram na terra com apoio da diocese de Chapecó. Uma luta que marcou esse período histórico foi o acampamento na Encruzilhada Natalino, montado em frente à fazenda Macalli, em Ronda Alta (Rio Grande do Sul). A intervenção do governo militar nesse acampamento organizado em 1981 visou abortar o nascimento de um movimento de sem-terra. Mas no contexto de transição para um regime democrático, esse acampamento acabou dando um grande destaque na mobilização pela reforma agrária [...] (CARTER, 2010, p.165).

Em 1984, na cidade de Cascavel PR se dá a criação oficial do MST, e contando com representantes de quase todas as regiões do país, toma por decisão sua organização a nível nacional.

## 1.2 O CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

Em 1962 mais de cinco mil pessoas estavam acampadas na fazenda Sarandi, acampamento Cascavel, este localizado nas proximidades da cidade de Sarandi, região norte do Rio Grande do Sul. Essa área foi decretada como área de reforma agrária pelo governo de Leonel Brizola sendo que esse processo foi interrompido pelo regime militar.

As famílias expulsas do acampamento Cascavel se instalaram em uma reserva indígena próxima a cidade de Nonoai RS, onde permaneceriam até novamente serem expulsas, em 1978, agora pelos Caingangues que viviam na região. Neste ano haviam no local cerca de 1.200 famílias, entre famílias despejadas, posseiros e arrendatários. Parte destas famílias foram assentadas, algumas no Mato Grosso, algumas em outras regiões do Rio Grande do Sul e algumas permaneceram acampadas nas proximidades da reserva.

Também neste período, em meados da década de 1970, em torno de seiscentas famílias desalojadas devido a construção da barragem do Passo Real, deveriam ser assentadas na Annoni<sup>3</sup>. Esse processo teve alguma efetividade até o ano de 1974 quando o antigo proprietário da fazenda inicia um processo judicial na tentativa de manter a posse da terra<sup>4</sup>. Até o processo de desapropriação ser interrompido, 54 famílias foram assentadas na fazenda, sendo 30 destas provenientes da construção da barragem do Passo Real e 24 famílias que eram empregados e arrendatários da fazenda.

<sup>3</sup> Em 24 de março de 1972 a fazenda Annoni foi declarada de interesse social para fins de desapropriação, isto é, teria sido desapropriada para o reassentamento de parte das famílias desalojadas pela construção da barragem do Passo Real (BONAVIGO & BAVARESCO, p. 33).

<sup>4</sup> “Praticamente de 1972 a 1980 as discussões basearam-se em questionar a fazenda Annoni. A cada decisão dos tribunais favorável de um lado o outro entrava com recursos [...]” (XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, julho de 2015, Florianópolis SC. Disponível em [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434133569\\_ARQUIVO\\_artigoANPUH2015SIMONEL.DICKEL.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434133569_ARQUIVO_artigoANPUH2015SIMONEL.DICKEL.pdf)).

Localizada a 350 Km da capital gaúcha, em 1944 seu antigo proprietário, Ernesto José Annoni adquiriu 16.000 hectares da antiga fazenda Sarandi. Diante dos rumores da reforma agrária, ainda na década de sessenta, o proprietário dividiu as terras entre seus filhos e netos na tentativa de minimizar os riscos com a desapropriação. Na Annoni predominava a atividade da pecuária seguida de algumas cultivares, inclusive o capim Annoni cultivado com promessa de pastagem “milagrosa”, onde posteriormente se tornou um problema para a agricultura.

Um próximo e importante passo dos trabalhadores desalojados, primeiramente da Fazenda Sarandi e posteriormente da área indígena, é a organização e determinação por parte de 300 destas famílias para ocupar as Fazendas Macalli e Brilhante, as quais se tornaram assentamento, em 1979. Esse momento marca o início de um período de lutas em diversos estados do país assim como é a motivação para a criação do acampamento da Encruzilhada Natalino no ano de 1981.

### 1.3 O ACAMPAMENTO NATALINO E A LUTA PELA TERRA NA ANNONI

Após a conquista das Fazendas Macalli e Brilhante, organizados por setores progressistas, destacando a atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1981 se consolida o acampamento da Encruzilhada Natalino, que em outubro do mesmo ano contava com 600 famílias organizadas. “[...] três anos mais tarde, as famílias que resistiram ao acampamento foram assentadas definitivamente em áreas adquiridas pelo Governo do Estado.” (BONAVIGO & BAVARESCO, 2008, p.35). Essas famílias foram assentadas no município de Ronda Alta, lugar que ficou conhecido como Nova Ronda Alta.

Frente a esse cenário de motivação e vendo na ocupação da terra a melhor forma de pressionar o governo, os trabalhadores e trabalhadoras do campo se organizam para um novo acampamento, agora na Annoni, localizado a três quilômetros da Encruzilhada Natalino.

Era madrugada de 29 de outubro de 1985, quando cerca de 1.500 famílias ocuparam a fazenda Annoni, agora com 9.200 hectares. Essa foi a primeira ocupação de terras feita pelo MST após sua ocupação. A primeira divisão da terra não se dá logo, sendo que após um ano do acampamento, os trabalhadores e trabalhadoras tomam por decisão estratégica, ocupar toda a terra, dividindo-se em 16 “áreas”, possibilitando o início do cultivo na área.

Nem todas as famílias que participaram da ocupação da Annoni nela foram assentadas, sendo que somente no ano de 1993 o governo resolveu o problema das últimas famílias que ali estavam. Essas pessoas que saíram da fazenda deram origem a outros assentamentos do MST, especialmente na região metropolitana de Porto Alegre e das Missões.

#### 1.4 A LUTA PELA TERRA E A COOPERAÇÃO

Essa fase antes do assentamento definitivo será relatada em duas partes, sendo uma antes da ocupação da área e uma após a ocupação, durante o período de resistência que se desenvolveu no acampamento até a divisão em áreas e o assentamento definitivo das famílias.

É importante compreender a conjuntura política que passava o país no início da década de oitenta. Passado por um longo período de ditadura militar, forte repressão aos movimentos sociais - que ainda não havia acabado totalmente - o Brasil estava em um período de redemocratização, retomada do debate político e do debate das eleições. É nesse contexto político que se organizam as famílias para a ocupação e conquista da Annoni, assim como as conquistas que a antecedem.

Destaca-se a forte influência de setores progressistas da igreja católica na organização dos sem-terra, dando destaque a CPT.

Grupos no interior da igreja católica atuavam em meio aos camponeses para desenvolver algumas ações que viabilizavam a transformação da estrutura fundiária. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) nasceu com esse intuito [...] (TEDESCO E GOES, 2011, p. 64)

O acúmulo de lutas que se tinha na região também foi um fator importante para a efetivação do acampamento na Annoni.

A esse contexto favorável ao ativismo soma-se outros fatores que impulsionaram o surgimento do MST na região de Ronda Alta. Entre eles destaca-se o fato de essa região ter sido palco de mobilizações por terra no início da década de 1960, apoiadas pelo governador Brizola, as quais abriram um importante precedente histórico. (CARTER, 2010, p. 207)

Vale lembrar as conquistas da Macalli e Brilhante, em 1979, o acampamento da Natalino em 1981 e o êxito das famílias ali acampadas<sup>5</sup>, sendo esse combustível para a organização dos sem-terra para a ocupação da Annoni, que segundo entrevistado 1, ali se formaram várias lideranças do campo.

---

<sup>5</sup> Após três anos de resistência, 170 famílias foram assentadas no município de Ronda Alta.



Na prática a organização das famílias se deu a nível de comunidade, onde por intermédio da igreja católica, muitas vezes na figura do padre, as lideranças conseguiam fazer o debate sobre a questão da terra e o direito do acesso, assegurado no Estatuto da Terra. Assim se organizavam núcleos de sem-terra em cada comunidade, que tinham dois representantes que compunham a organização a nível municipal.

Destaca-se a ação da Pastoral da Juventude Rural (PJR), que teve papel extremamente importante no que se refere a formação de lideranças no meio rural, organizando grupos de jovens nas comunidades e oferecendo uma série de cursos que procuravam despertar os jovens para a realidade social e política do país, bem como para habilitá-los a participar ativamente como líderes comunitários e sindicais. A CPT vai trabalhar muito nesse sentido na segunda metade da década de 1970 e em toda de 1980. (TEDESCO E GOES, 2011, p. 70)

O debate entorno da terra avança para diversos municípios com o tempo, sendo alguns Tapejara RS, Constantina RS, Erval Grande RS, Frederico Westsfalem RS, de onde também surgiram vários grupos e lideranças que compunham os sem-terra da Annoni.

Os colonos, segundo entrevistado 1, recebiam bastante ajuda das comunidades rurais, de sindicatos e da Pastoral da Terra, ajuda vinda de várias formas. O processo também serviu para desenvolver princípios organizativos nos trabalhadores e trabalhadoras na época.

Como orientação metodológica, a CPT pautou-se no princípio que os próprios agricultores deveriam assumir a conquista da terra, através de sua mediação sindical e organizações coletivas (como foram os acampamentos da época e de hoje ainda) como sujeitos do processo, fazendo suas próprias negociações com o governo, com o INCRA, e buscando na imprensa o apoio para realizar campanhas de conscientização e coleta de alimentos. Marcon (1997, p. 73) enfatiza esse ordenamento metodológico dizendo que o mesmo “foi importante tanto para os acampados, que foram perdendo o medo de falar, quanto para as entidades solidárias com o movimento, que passaram a ter um papel definido de respaldo nas negociações e nas mobilizações”. (TEDESCO E GOES, 2011, p. 71)

Organizados em núcleos a nível de comunidade, município e alguns casos em regionais<sup>6</sup>, os trabalhadores e trabalhadoras constituem o acampamento da Annoni, avançando para uma nova fase da organização.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> As regionais eram compostas por alguns municípios geograficamente próximos.

<sup>7</sup> Na noite de 29 de outubro de 1985, mais de 200 caminhões, ônibus e carros saíram de 32 diferentes municípios do norte do Rio Grande do Sul para ocupar uma fazenda de gado de 9.200 hectares, em sua maior parte ociosa, conhecida como fazenda Annoni. Mais de 6.000 pessoas participaram do que até então era a maior e mais bem planejada ocupação de terras no Brasil. Pela manhã, já haviam montado um vilarejo de tendas de lona preta e estabelecido uma equipe de segurança para evitar o despejo por parte da polícia” (CARTER, 2010 p. 212).

Com aproximadamente 6.000 pessoas provenientes das diferentes localidades, os sem-terra mantêm a organização dos núcleos compostos nas comunidades, municípios e regiões, com alguns acréscimos para poder garantir a funcionalidade do acampamento.

Equipes responsáveis pela água, segurança, saúde, formação, higiene, reza entre outras foram criadas para garantir a funcionalidade do acampamento. Os entrevistados relatam que a forma organizacional além de garantir a dinâmica de funcionalidade também garantia o controle de quem entrava e saía do lugar, muito importante devido ao contexto político da época.

A solidariedade interna também era uma virtude dos sem-terra, o entrevistado 4, lembra de uma regra que se tinha, que quando um membro de um núcleo não tinha alimento, era responsabilidade do núcleo conseguir este, se não fosse possível era então responsabilidade do acampamento todo, onde o próprio entrevistado através de um serviço de som falava a respeito da necessidade e pedia entre os acampados quem teria alimento que pudesse doar ao necessitado.

A ajuda de fora do acampamento também foi muito importante para as famílias, segundo relato da entrevistada 6, que relembra das doações de roupas que chegava no acampamento e era distribuída aos mais necessitados.

Com base na experiência acumulada na luta do Natalino, os trabalhadores rurais constituíram uma elaborada organização interna que incluía vários conselhos coletivos e equipes de trabalho. A vida diária no acampamento era cheia de atividades e reuniões. Ao lado de um trecho de floresta densa os sem-terra se reuniam diariamente perto de uma grande cruz para entoar orações, canções religiosas e de protesto, divulgar anúncios e transmitir palavras de encorajamento de numerosos apoiadores. Uma ampla rede de solidariedade foi desenvolvida para promover a causa dos sem-terra. (CARTER, 2010, p. 212)

Além da cooperação vivida no cotidiano das pessoas, das mais variadas formas, núcleos de base, equipes de serviço, ajuda entre vizinhos, o acampamento também foi espaço de muito debate entorno da organização do trabalho, de como os “sem terra” se organizariam após a terra conquistada. Os entrevistados 1, 2, 3, 4 e 5 lembram as diversas reuniões, assim como visitas feitas a experiências de trabalho coletivo.

O entrevistado 2, lembra que o setor de formação criado no acampamento, era o principal responsável pela construção do debate entorno de como organizar o trabalho produtivo após a efetivação do assentamento, e inclusive em várias ocasiões foram visitadas algumas experiências de trabalho coletivo como por exemplo Nova Ronda Alta, que tinha uma experiência.

Quando tomada a decisão de ocupar toda a área da fazenda e assim se dividindo nas dezesseis áreas, a proposta que se tinha, segundo entrevistado 1, era que cada local tivesse seu grupo de trabalho coletivo. Devido ao contexto, a origem dos camponeses e sua trajetória, esse debate era difícil de ser construído.

Na primeira etapa do movimento, que vai de 1979 até 1985, havia uma visão romântica da produção. Isso porque a memória histórica dos camponeses que conquistavam a terra estava ainda na etapa anterior à modernização da agricultura. A família foi expulsa pela máquina, mas o seu memorial técnico era do boi e da enxada. Essa era a memória técnico-produtiva do povo. Era muito difícil fazer a discussão da organização da produção com os trabalhadores. (STEDILE E FERNANDES, 2005, p.97)

Lembra o entrevistado 2, que a primeira experiência de trabalho coletivo na Annoni foi o preparo e plantio de toda a área, num grande coletivo e ressalta que com tempo essas experiências foram se desgastando e os sem-terra não conseguiram qualificar a cooperação.

O entrevistado 4, lembra que eram em um grupo de 43 famílias – posteriormente esse grupo deu origem a COOPTAR – e que no período construíram uma malharia, através de um projeto da CARITAS, onde 15 mulheres desempenhavam a atividade de confecção de roupas para suprir a necessidade das famílias e para vender nas outras famílias assentadas. Este mesmo entrevistado lembra que um tempo depois trabalharam uma grande horta coletiva para suprir a demanda das famílias e comercializar na cidade de Passo Fundo.

Posteriormente, relata o entrevistado 4, que iniciaram com abate de suínos para produção de salame para vender nas cidades de Pontão, Sarandi e Passo Fundo. Essas formas de experiência eram teoricamente embasadas no que os sem terra haviam acumulado no acampamento, sua cultura construída antes deste, e com o que haviam conhecido em outras experiências, principalmente Nova Ronda Alta.

O entrevistado 5 lembra que os sem terra que compunham o seu grupo seguiram a orientação geral do MST que era trabalhar coletivamente, recorda os mutirões, a compra de algumas ferramentas em conjunto. O mesmo entrevistado relata que um passo mais avançado foi a compra de maquinário em conjunto por parte de alguns grupos, relembrando que as experiências eram novas para todas as famílias, que vinham de outra cultura de trabalho.

O entrevistado 3, e a entrevistada 6, recordam a experiência do primeiro plantio de trigo feita por 34 famílias no assentamento Novo Sarandi<sup>8</sup>, assim como a criação de uma associação. Na associação permaneceram 23 famílias do Novo Sarandi, e essa trabalhava com diferentes linhas de produção, sendo o gado leiteiro, gado de corte, aviário e outras atividades que eram distribuídas e executadas por equipes de trabalhadores.

Essas experiências acima descritas, surgem principalmente pela necessidade das famílias diante da realidade da época, da deficiência econômica, sem maquinário e insumos para realizar os cultivos, e muitas vezes sem nenhum conhecimento técnico referente ao tipo de agricultura a ser praticada na nova área, por muitos serem oriundos de outras regiões.

Sem uma visão científica, por assim dizer, a respeito da cooperação no trabalho, desenvolvem essas experiências, na maioria dos casos pela necessidade momentânea, orientados através do que acumularam no acampamento e conhecendo algumas outras experiências.

O único debate que conseguimos, nessa época, era pelo viés idealista, cristão: “Será que não é melhor a gente trabalhar junto? Será que a gente não vai viver mais fraternamente se fizer mutirão?” Não era uma visão, vamos assim dizer, cientificamente elaborada. As principais lideranças do movimento, nesse período, se preocupavam em debater teoricamente, aprender com as experiências históricas, ler textos para compreender a importância da cooperação agrícola. Na nossa visão, ocupar e distribuir terras simplesmente não resolvia o problema. Aquele primeiro período foi muito fraco de debate, mas de grande preocupação. De um lado, porque a grande preocupação, em termos gerais do movimento, era de se consolidar como movimento social; de outro, por que a própria base achava que podia resolver o problema só com as próprias forças. Foi preciso então que a própria base do movimento – os assentados – comesse a enfrentar os problemas reais: necessidade de mecanizar as lavouras, mudança de padrão técnico de seu trabalho, acesso ao crédito etc. (STEDILE E FERNANDES, 2005, p. 96).

Todo esse período foi de grande aprendizado para o MST, onde muito foi debatido a respeito da organização do trabalho coletivo nos assentamentos, algumas ideias centrais foram desenvolvidas através da realidade observada e do conhecimento de outras experiências de cooperação. A luta pelo crédito também marca esse período inicial de desenvolvimento dos assentamentos.

De 1986 até 1990 as articulações e os debates eram entorno do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (ProCera), tanto por parte da gente como do próprio pessoal do ProCera e do BNDES. Começamos a ter técnicos vinculados a nossa ideologia [...] que mais tarde articulou o Centro de Técnicas

---

<sup>8</sup> O assentamento Novo Sarandi é conquistado após um ano e meio, aproximadamente, a data da ocupação da fazenda, nele 35 famílias foram assentadas. Os entrevistados citados moram nesta localidade. Foi conhecido como assentamento da “Fazenda Holandês”

Agropecuárias Alternativas (Cetap)<sup>9</sup>. Esses técnicos com nossa ideologia começaram a assessorar o movimento e iniciaram um debate mais sistematizado sobre a necessidade da cooperação agrícola. Nesse período de quatro anos difundimos a ideia da cooperação agrícola.

O maior acerto, nessa etapa, foi que não nos prendemos a uma forma única de cooperação agrícola, aprendemos bem da teoria e da experiência, por que esses companheiros que estavam na Comissão Nacional dos Assentados estudaram e pesquisaram bastante. Estudaram muito os motivos que faziam com que as experiências de cooperativas no Brasil não deram certo. Viajaram muito também. Lembro-me de que esses companheiros viajavam para Nicarágua, Honduras, Cuba, Peru, Chile, México. (STEDILE E FERNANDES, 2005, P.97)

No início da década de noventa os assentados avançam para um novo ciclo de formulações. Com um novo horizonte, e com um pouco de acúmulo quanto ao trabalho coletivo, veem nas cooperativas uma nova forma de organização do trabalho.

No ano de 1990 os assentados da Annoni criaram a COANOL (Cooperativa Agrícola Novo Sarandi LTDA), com caráter de cooperativa de comercialização e que também prestava serviços aos sócios, a COANOL teve mais de 800 sócios em determinado período, parando com suas atividades em 2004.

O entrevistado 7, lembra que começou a trabalhar na COANOL no ano de 1996, onde fez estágio do colégio agrícola, diretamente ligado a cadeia de produção de leite, prestando atendimento veterinário nas propriedades dos assentados, assim como trabalhando no recebimento do leite. O entrevistado relata que iniciou fazendo estágio na cooperativa e posteriormente ingressou através de um convênio do INCRA com a LUMIAR.

A COANOL, desenvolvia atividades como venda de insumos, recebimento e armazenagem de grãos (soja, milho, trigo principalmente), desenvolvia atividades ligadas a cadeia de leite como coleta e armazenagem. Esta cooperativa regional também possuía uma indústria de ração que fornecia o produto para os assentados, e também técnicos que prestavam serviços as famílias, por exemplo veterinário.

Também no município de Sarandi, tivemos a fundação da COMASA (Cooperativa Mista Agropecuária Sarandiense). Criada em 1996 essa cooperativa desenvolvia atividades na área de abate e beneficiamento de carnes. É neste mesmo ano que é criada a COOPTAR, uma CPA<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> O Cetap inicialmente era localizado na Annoni, sendo que agora tem sua sede em Passo Fundo. (Nota do autor).

<sup>10</sup> A cooperação pode começar com as formas mais simples (mutirão, troca de serviços, de insumos, etc.) e ir complexificando aos poucos, sem pressa, até chegar a forma mais desenvolvida de cooperação, que para nós é a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) totalmente coletiva. [...] (Cartilha de apoio nº1: Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos – MST, p. 62). As CPAs são a

Após a COANOL, localizada no mesmo lugar, teve a fundação da CODASUL (Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável) no ano de 2004, que trabalhava com comercialização de alguns insumos.

A COOPERLAT, fundada em 2008, é fruto da COANOL e da CODASUL, como continuidade da atividade leiteira que iniciou com a primeira. O entrevistado 7 relata que atuou nas três cooperativas, sempre trabalhando junto a produção de leite.

As relações de cooperação estão presentes no cotidiano das famílias assentadas, algumas de forma mais intensa, outras muitas vezes sem mesmo serem percebidas, porém todas desempenham papel importante para a reprodução econômica e social dos assentados. O capítulo seguinte abordara as principais formas de cooperação presentes no assentamento, as suas contribuições para os assentados.

---

forma mais complexa, entre as cooperativas, de coletivização e do planejamento do trabalho, onde todos os meios de produção, inclusive a terra, são de posse do coletivo.

## 2 CAPÍTULO II – A COOPERAÇÃO DO MST E A ANNONI

### 2.1 A COOPERAÇÃO DESENVOLVIDA PELO MST

A organização da produção nos assentamentos sempre foi um dos principais debates do MST. Há uma grande trajetória de experiências e formulações que permitiram com que este movimento construísse o seu debate atual a respeito de como organizar os assentamentos e os modos de produzir.

O MST se caracterizou dentre os movimentos camponeses por dedicar uma parcela importante de sua capacidade orgânica à discussão de diversas formas organizativas a adotar na terra conquistada do latifúndio, através da luta social. O cooperativismo ou associativismo no MST foram articulados sob o conceito de cooperação agrícola ou cooperação na agricultura. A experiência histórica do movimento nos assentamentos foi moldando sua doutrina acerca da cooperação, somando-se os referenciais marxistas e as experiências dos países socialistas, ao legado histórico do movimento camponês em sua luta por sobrevivência nas duras condições do meio rural brasileiro (CHRISTOFFOLI, 2015, P.177).

A cooperação desenvolvida pelos sem-terra inicialmente se dava através de grupos informais, envolvendo poucas famílias, podendo ser mutirões, trocas de dias de serviço entre outras formas simples. Havia certa desconfiança quanto aos coletivos grandes.

A cooperação agrícola, desenvolvida pelo MST nos anos 80, foi fortemente marcada pela orientação dos assessores vinculados a igreja católica, construindo uma cooperação com base no princípio *cada um segundo as suas necessidades*, com uma distribuição igualitária da produção obtida. Estimulava-se pequenos grupos de cooperação com ações organizadas entorno de alguma máquina, equipamentos ou unidades de processamento, geralmente formalizados juridicamente em associações. Já existiam neste período algumas experiências de grupos informais com a terra coletiva (MST, 2006, p. 82) (grifo do original).

Entre os anos de 1987 e 1992, com a observação e estudo de experiências socialistas (Rússia, Cuba, Alemanha, entre outros países) e a partir da proposta de “laboratórios organizacionais”<sup>11</sup>, de Clodomiro de Moraes, se tem um importante avanço para a criação de assentamentos totalmente coletivos, organizados entorno de cooperativas, inclusive com a propriedade coletiva da terra.

---

<sup>11</sup> O que são os laboratórios experimentais? É um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a CONSCIÊNCIA ORGANIZATIVA que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada. (MORAIS, 1986, P. 40). Na prática um grupo organizava a vivência do laboratório do campo em um determinado assentamento onde em um período de entorno de 40 dias os assentados eram incentivados e auxiliados para organizar e gerir uma cooperativa.

Esse novo ciclo de formulações se dá diante da realidade posta aos assentamentos, que desamparados pelo poder público, e vistos pela sociedade como locais socialmente atrasados, viam nas cooperativas uma nova forma de organização da produção,

Será neste ambiente que o MST, tratará de discutir o fortalecimento dos assentamentos, buscando demonstrar para a sociedade brasileira a sua viabilidade social e econômica. A ênfase aqui, foi justamente ampliar o acesso ao crédito e melhor aplica-lo, bem como tratar de fortalecer a cooperação agrícola. É neste sentido que com a nova constituição de 1988, bloqueou a possibilidade de intervenção do Incra nas cooperativas, tratou-se de estimular a conversão dos grupos coletivos e ou associações de terra coletiva em cooperativas de produção coletiva, sobretudo na região sul do país (MST, 2006, p. 83)

O período entre 1989 e 1996 é tido para o MST como um momento muito fecundo a respeito da aplicação na prática da cooperação, principalmente através das visitas realizadas a outros países, o MST compreende que somente o acesso ao crédito não é suficiente para tornar os assentamentos locais economicamente e socialmente desenvolvidos. Com esse entendimento que em 1990 se realiza o primeiro seminário sobre as “Experiências de Cooperação Agrícola”, e se decide pela criação de um sistema articulado por cooperativas, denominado Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), e também por sua implantação em seis Estados. Em maio de 1992 se tem a criação da CONCRAB, após a realização do primeiro curso nacional para dirigentes do SCA (MST, 2006).

Em seguida essa tentativa de assentamentos totalmente coletivos fracassa diante da incompatibilidade da estrutura organizacional com a ideologia dos associados, como também devido a debilidade de apoio técnico e financeiro (principalmente por parte do Estado). É válido lembrar que muitas experiências dessas, de grupos totalmente coletivos, se mantem até hoje.

Na totalidade dos casos, as CPAs, foram constituídas a partir da opção das famílias em aderirem a esta forma organizativa da produção e da vida comunitária. No entanto, o número de adesões não era orientado pelas possibilidades reais de geração de trabalho e renda, levando a um rápido processo de crise interna nesses agrupamentos sociais. Será neste processo de intensas desistências de famílias e rachas internos nas CPAs que em 1994, define-se por realizar um novo seminário nacional sobre a cooperação. No entanto, nos debates preparatórios evidencia-se que os problemas da cooperação no MST, não se relacionavam diretamente com as CPAs, mas sim pelo abandono do trabalho político organizativo do conjunto das famílias assentadas (MST, 2006, p. 86).



Num próximo período, compreendido entre 1993 até 1998, é desenvolvido por parte dos coletivos um segundo plano de formulação quanto as cooperativas, sendo que a comercialização e a prestação de serviços são o foco principal. Instigados pelo crédito governamental, relativamente farto no período, as cooperativas regionais crescem em número e tamanho. Por diferentes fatores este período também se esgota, principalmente pela forte reação do latifúndio e do estado para conter o MST.

Como ressalta CHRISTOFFOLI,

Um dos alvos identificados pelo Estado a serviço do latifúndio foram as cooperativas. Desamparadas, sem apoio técnico e financeiro, sem terem concluído os investimentos em armazenagem e transformação da produção, passam a enfrentar um duro período repressivo, combinando cerceamento financeiro e repressão política (perseguição policial, processos judiciais, criminalização pela mídia, comissões parlamentares investigativas) (CHRISTOFFOLI, 2015, p. 178).

Entre os anos de 1997 e 2002, as novas formulações quanto a cooperação estão diluídas dentro de uma abordagem focada em um novo projeto popular para o Brasil. O MST foi um dos principais entraves a aplicação das políticas neoliberais adotadas pelo governo FHC. “Assim o MST, converteu-se na maior organização popular e de massas em luta contra o neoliberalismo no Brasil [...]” (MST, 2006, p. 89).

Do ponto de vista da organização da produção agrícola, o MST percebe que: adotou um modelo de agricultura produtivista que já estava em crise, reproduziu a matriz dominante, baseada na monocultura, principalmente na produção de commodities. Reproduziu a matriz tecnológica com base na química sintética, na genética e mecânica, que poupa a mão de obra e demanda muito capital. Isso vendeu a ilusão que a inserção no mercado competitivo viabilizaria economicamente os assentamentos. “Enfim, não organizamos a produção e nem os assentados, que agora, além de pobres, tornaram-se endividados” (MST, 2006, p. 91).

Em 2003, diante das novas necessidades e da realidade dos assentamentos, o MST, cria o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA), com tarefa de organizar a produção nos assentamentos, a partir de uma nova matriz produtiva, tentando aprofundar os princípios de direção coletiva, distribuição de tarefas e do centralismo democrático. “Assim este setor teria como tarefa específica a organização da produção, o estímulo a cooperação agrícola e a promoção de um meio ambiente saudável e uma biotecnologia própria” (MST, 2006, p. 93).

Numa próxima etapa compreendida entre 1999 e 2004, período que é tido como o ponto mais crítico quanto ao movimento associativista nos assentamentos do MST,

devido a diferentes fatores como o fechamento e imobilização de cooperativas, a inadimplência por parte das famílias, o abandono dos assentamentos por parte do poder público.

Em um último ciclo de formulação, principalmente embalado por algumas políticas governamentais (Governo Lula), sendo essas os principais o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) se tem uma retomada quanto a cooperação. Devido também as características desses programas, principalmente pelo fato de simplificar a comercialização de alimentos dispensando licitações e garantindo que 30% dos recursos destes sejam destinados à compra junto a agricultura familiar, novos impulsos organizativos são observados e uma nova retomada quanto a cooperação, principalmente em pequena escala, é observada em alguns assentamentos do MST.

Esses programas também exigem a organização através de cooperativas ou associações por parte dos produtores, sendo que estes necessitariam estar organizados tanto no aspecto formal quanto político-organizativos para dar conta de todas as tarefas decorrentes da inserção na cadeia fornecedora de alimentos (CHRISTOFFOLI, 2015).

Em 2005, o SPCMA, elabora um novo documento que reúne as diversas orientações políticas que estavam dispersas nas diversas cartilhas. Esse documento foi estudado pela coordenação nacional do MST em Goiânia no mesmo ano, onde se aponta novos rumos no sentido de consolidar um novo modelo agrícola. Para o MST,

Este novo modelo deverá consolidar 4 pilares: a soberania alimentar; criar novos valores; construir uma consciência de classe e despertar para a cooperação.

Para se chegar a isto, o documento sugere dois grupos de ações: a externa para a sociedade e as ações internas nos assentamentos. Estas ações internas são de duas naturezas: uma orgânica focando na organização da participação social e nas novas formas de organização dos assentamentos e outra de caráter produtivo, focando na matriz produtiva tecnológica e focando na cooperação (MST, 2006, p. 94).

Para o MST, a cooperação para organização e comercialização da produção entra como ferramenta indispensável na manutenção das famílias, pois possibilita uma produção que se desenvolva fora dos moldes do agronegócio.

Ao realizar o planejamento coletivamente, os assentados, estarão rompendo sua visão exclusivista da sua propriedade, enxergando um pouco mais além do seu lote, exercitando um planejamento mais amplo, uma visão mais totalizante do assentamento, proporcionando o encontro e o contato com o “outro”, com os demais assentados. Nesta relação ele terá oportunidade de enxergar outras maneiras de se relacionar, de organizar a produção e de exercitar a

comercialização, verificando suas imperfeições sociais e técnicas, perdendo o medo de agir economicamente com os demais assentados (MST, 2006, p. 7).

Outro elemento que impulsiona a retomada da cooperação nos assentamentos é a opção por parte do MST pela tentativa de promover a agroecologia como modo de produção nos assentamentos.

A agroecologia por ser mais intensa em trabalho (e por não dispormos no Brasil de maquinário agrícola voltado aos camponeses), mas também por pressupor a construção social de conhecimento, o diálogo de saberes, estimula a participação conjunta dos agricultores em coletivos de base, em que se percebe a emergência de formas de cooperação que por décadas haviam sido descartadas, apontando aí um potencial bastante promissor: a promoção da agroecologia e da cooperação como elementos de uma nova sociabilidade camponesa no meio rural brasileiro (CHRISTOFFOLI, 2015, p. 180).

A seguir será formulado um estudo a partir de uma outra perspectiva de avaliação do campesinato, e, em seguida serão descritas as principais formas de cooperação observadas no assentamento, assim como será apontado como essas relações contribuem para a reprodução econômica e social das famílias.

## 2.2 UMA PERSPECTIVA CHAYANOVIANA

Após a revolução de 1917, houve um rápido crescimento do movimento cooperativo na Rússia, muito grande era a crença que o movimento cooperativo seria o caminho para superar os problemas sociais da época. A sugestão agora é que a cooperação integraria todos os setores a uma economia de mercado. “De fato, ao longo de um período de 15 anos o país havia visto o crescimento de uma ampla rede de cooperativas de consumidores, de crédito, agrícolas, de artesãos, de comércio e outras”. (DANILOV, 1926, p. 11). Cerca de 60 milhões de pessoas estavam diretamente envolvidas na esfera de influência do movimento cooperativo.

Nesse meio surgem algumas correntes de pensamento a respeito da cooperação em toda a Rússia.

O avanço posterior da teoria cooperativa na Rússia está ligada ao nome de Alexandre Chayanov, escritor e figura pública ativa, Chayanov pereceu sob a repressão do regime stalinista e só recentemente foi descoberto: primeiro no ocidente (nos anos 1960) e posteriormente em sua terra nativa, a Rússia (DANILOV, 1926, p.22).

Chayanov em suas formulações partia do pressuposto que o campesinato existiria como uma necessidade social. Para ele o campesinato não deveria ser entendido por meio

de sua incorporação a divisão do trabalho na sociedade capitalista, mas que os camponeses deveriam ser estudados a partir de seu comportamento.

Chayanov considerou, portanto, como sua tarefa principal, a descrição das características específicas da agricultura familiar. Com isso, ele desenvolveu uma teoria sobre a estrutura interna e sua capacidade de sobrevivência no capitalismo (ANDRIOLI, 2017, p. 72).

Chayanov defendia a tese de que era possível a convivência da agricultura familiar em suas diferentes formas dentro do capitalismo, pois essa tenderia a não reproduzir o aumento das desigualdades econômicas e os antagonismos de classe. O autor examinava as transformações que o campesinato vivenciava na sua integração na economia de mercado (ANDRIOLI, 2017).

Para o economista russo, o estudo da família, do consumo e mão de obra era central para compreender a relação existente entre os camponeses e o mercado.

Para Chayanov a família é o fundamento da *empresa camponesa* – na sua composição de economia sem assalariamento, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo de sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto da produção, cujo o objetivo nada mais é [que] o de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo unidade de produção e unidade de consumo e encerra, concomitantemente, as funções da esfera de produção a tal modo que “(...) a família e as relações que dela resultam tem que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados” (CARVALHO, 2005, p.18 apud Chayanov, 1923: 9).

Será a partir desse pressuposto que Chayanov desenvolveu algumas teorias a respeito de como o capital explorava, como ele penetrava e se apresentava na vida dos povoados rurais da época.

Em seus estudos formulou uma teoria para explicar como o capital explora e como os empreendimentos agrícolas são afetados pela indústria e pela economia global. Foi através deste estudo que ele desenvolveu seu conceito de *concentração vertical*, que será descrito a seguir.

Diferente da indústria, onde as fabricas concentraram grande volume de mão de obra e capacidade mecânica, na agricultura esse tipo de concentração não é possível, sendo que para aumentar a escala produtiva, necessariamente é preciso aumentar a área cultivada. Sendo assim, a concentração do Capital na agricultura, se dá de outra forma, através do domínio que as empresas exercem no mercado de insumos e na comercialização dos produtos agrícolas.

Esse domínio que as empresas exercem no meio rural gera outros efeitos nas unidades produtivas. Quando uma empresa compra a produção de um determinado

conjunto de pequenos produtores, interessada na padronização, a empresa também interfere na organização da unidade familiar, como descreve o autor a indústria,

Com frequência passaria a interferir na organização da própria produção, impondo seus padrões técnicos, fornecendo sementes e fertilizantes, estabelecendo quais seriam as rotações de cultivos e transformando seus fornecedores em executores técnicos de seus esquemas e de seus planos econômicos (CHAYANOV, 2017, p. 44).

O autor afirmava que algumas vezes essa forma de *concentração vertical* assumiria formas não capitalistas,

Algumas vezes, como resultado da situação instaurada na economia nacional, essa concentração vertical assume formas que não são capitalistas, mas cooperativas ou mistas. Nesse caso, o controle sobre o sistema de empresas envolvidas no comércio, na operação de elevadores, no tratamento da terra, no crédito e no processamento dos produtos brutos, as concentram e dirigem o processo de produção agrícola, pertencem inteiramente ou em parte, não aos proprietários do capital, mas aos pequenos produtores de *commodities*. Eles se organizam e tem investido seus fundos em empresas ou tiveram êxito em estabelecer capital social para esse propósito” (CHAYANOV, 2017, p. 46).

O autor apontava que as cooperativas camponesas deveriam partir das necessidades das unidades camponesas locais, sendo que através de seus estudos observou que as grandes explorações nem sempre apresentavam vantagem quanto as pequenas e médias explorações, que para cada tipo de exploração haveria um tamanho ideal e que as cooperativas seriam a forma de organizar os tipos de explorações nas quais a grande escala seria mais vantajosa, e para as quais a pequena escala se mostrasse mais vantajosa, estas explorações manteriam seu caráter individual, totalmente controlada pela família camponesa.

Assim, ao nosso ver, as cooperativas camponesas representam uma variante altamente aperfeiçoada da economia camponesa, possibilitando ao pequeno produtor separar de seu plano organizativo aqueles itens cuja produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis em relação a pequena escala – e a fazê-lo sem sacrificar sua individualidade. O camponês consegue organizar a produção desses itens em conjunto com seus vizinhos, de modo a alcançar um modo de produção de grande escala, ainda que, possivelmente, utilizando mão de obra contratada (CHAYANOV, 2017, p.56).

Para esse autor as unidades camponesas, organizadas através das cooperativas, construiriam um processo de “*integração vertical*”<sup>12</sup>, onde todos, de algumas forma, estariam articulados através das cooperativas. Para PLOEG,

O modo camponês de fazer agricultura implica sempre um equilíbrio entre os interesses comunitários e os interesses individuais. A natureza específica desse equilíbrio depende, como é óbvio, de sua posição no tempo e no espaço. A cooperação, seja de que tipo for, é sempre uma *instituição* estratégica e indispensável dentro das sociedades camponesas, especialmente quando enfrentam ambientes hostis. A cooperação representa uma *linha de defesa* muito necessária, apesar de nem sempre efetiva. Contudo, o fato de ser uma *instituição* fundamental não implica que sua *forma* de organização seja sempre

---

<sup>12</sup> Alguns autores como GUSMÁN e MOLINA (2005) usam o termo “cooperação vertical”.

a mesma. De fato, existem muitas formas diferentes, algumas das quais podem ser mais aptas, mais adequadas e mais eficientes que outras – dependendo da situação. Ademais, com alterações, as formas que inicialmente foram bastante efetivas podem ser consideradas inadequadas, seja devido a degradação interna ou a mudanças no contexto (PLOEG, 2008, p. 101). (grifos do original)

Alguns autores veem na obra de Chayanov, uma aproximação a proposta da agroecologia,

Para Chayanov, a articulação desses três conceitos<sup>13</sup>, permitiria “a introdução extensiva da racionalidade nos processos espontâneos, o que constitui a essência da obra da agronomia social” (Chayanov, 1918, citado em Sperotto, 1985: cf. Sánchez de Puerta, F., 1992). Observe-se a clara similitude existente entre a proposta de agronomia social de Chayanov e a moderna agroecologia: “o conhecimento formal social e ecológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas tradicionais, o conhecimento e alguns insumos desenvolvidos pela ciência agrícola convencional e a experiência com as instituições agrícolas ocidentais podem se combinar para melhorar significativamente tanto os agroecossistemas mais tradicionais quanto os agroecossistemas mais modernos” (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 68 *apud* ATIERE 1989: p. 26).

A seguir serão descritas as formas de cooperação observadas na pesquisa, assim como elas contribuem para a reprodução dos assentados da Annoni, fazendo parte do cotidiano dessas famílias.

## 2.3 AS FORMAS SIMPLES DE COOPERAÇÃO DESENVOLVIDAS NO ASSENTAMENTO

Para melhor relatar as essas formas de cooperação, tratadas aqui como formas simples, será dividido o estudo em duas partes, sendo a primeira que relata essas relações de cooperação simples que são desenvolvidas sem uma centralidade econômica, sendo, portanto, na dimensão social, e posteriormente um estudo das formas simples de cooperação que aparecem no assentamento e que são desenvolvidas com algum objetivo econômico.

As mais variadas são as formas de cooperação sem viés econômico que aparecem nos assentamentos da Annoni. Elas se expressam principalmente através das comunidades, entre os vizinhos mais próximos, a própria agrovila, comum nos assentamentos é importante para desenvolver essas relações. Hoje na Annoni existem três agrovilas e nestas, salões comunitários onde as famílias desenvolvem atividades de lazer e esporte. Essa forma de organização das moradias facilita o acesso à energia e água no começo do assentamento.

---

<sup>13</sup> As cooperativas rurais, os ótimos diferenciais, e a cooperação vertical. (GUSMÁN e MOLINA, 2005)

**Figura 1 – Agrovila da COOPTAR**



Fonte: Álbum do autor, 2018.

**Figura 2 – Agrovila assentamento Novo Sarandi**



Fonte: álbum do autor, 2018.



A entrevistada 6, conta que atualmente a comunidade, Novo Sarandi, é organizada em diferentes equipes, sendo esporte, liturgia, equipe das bochas, clube de mães, onde cada setor possui coordenadores ou coordenadoras que compõem o conselho da comunidade sendo esses responsáveis pelas decisões tomadas referente a esta. Todos os anos são escolhidas três famílias que compõem a diretoria, sendo esses encarregados gerais pelo funcionamento da comunidade, relação com outras comunidades, tanto de assentamentos do MST como em outras, rurais e urbanas.

Existe uma dinâmica de cooperação entre as comunidades, principalmente envolvendo o lazer. É parte da realidade dos assentamentos as trocas de visitas para festas (Geralmente comemoradas em datas festivas, comumente ligadas a datas Religiosas ou aniversários da conquista da terra pelos sem-terra), onde as diversas comunidades organizam o evento festivo e as outras comunidades, na sua maioria participam.

**Figura 3 – Salão comunitário assentamento Área 1**



Fonte: álbum do autor, 2018.



**Figura 4 – Salão comunitário no assentamento Novo Sarandi**



Fonte: álbum do autor, 2018.

O entrevistado 3, conta que a limpeza do salão comunitário é realizada cada semana por uma família, e para garantir seu funcionamento e atividades<sup>14</sup>, cada família é responsável por cuidar da manutenção do bar por um (1) mês, tanto para servir os demais como para repor as bebidas e outros gêneros fornecidos.

O entrevistado 1, relata que os grupos que eram formados nas comunidades antes da ocupação, que posteriormente acamparam juntos participando dos mesmos núcleos e finalmente assentados nas áreas, ainda se mantêm hoje para formar a escala para a limpeza do salão comunitário.

Essa prática de grupos que se organizam para variadas atividades é comum no meio rural podendo ser caracterizados da seguinte forma:

*Grupo não formais* – os grupos não formais se distribuem por todo o país. Se caracterizam por sua informalidade, i. é, não são legalizados, mas podem, por

---

<sup>14</sup> No caso do entrevistado, o ginásio que pertence a comunidade onde os assentados e assentadas se encontram para celebrar o culto religioso e para lazer, está em atividade durante três dias da semana, sendo a quinta feira pela noite, durante os sábados, domingos e ocasionalmente dias festivos.

exemplo, ter registros de acordos e decisões em livros de atas. Esse tipo de grupo se presta as mais diversas finalidades, produtivas ou não. Podem se construir como grupos de trabalhos coletivo, como semicoletivos ou como pré-associações ou pré-cooperativas. (CHRISTOFFOLI, 2015, p. 183)

Outras práticas existentes nos assentamentos, que estão ligados a produção, mas que não possuem centralidade econômica diz respeito à ajuda mútua entre os vizinhos, mutirões, trocas de dias de serviço sem o olhar econômico, mas conforme a necessidade das famílias. O entrevistado 2, relata que atualmente é comum os vizinhos se ajudarem para cobrir um silo de silagem<sup>15</sup>, colher uma área de feijão, limpar uma lavoura, fazer uma estufa para produção de hortaliças, fazer vinho<sup>16</sup>.

A entrevistada 6, lembra da entre ajuda para abater animais, para limpar a comunidade antes dos eventos festivos, para poder transportar um doente para um hospital quando alguma família não tem condições para fazer. As relações se dão na maioria das vezes entre pessoas sem nenhum grau de parentesco. Essas interações fazem parte da cultura dos camponeses, foram construídas no processo histórico a que foram inseridos, e no caso dos sem terra foram intensificadas no processo de luta.

O mutirão e a troca de dias de serviço correspondem a duas formas de atividades coletivas solidárias existentes na cultura rural brasileira de caráter econômico e social, que historicamente tenderão a desagregação ante o processo de modernização e a progressiva penetração da lógica contratual e mercantil em detrimento ao valor da reciprocidade, típicos de grupos que dão suporte a tradição. Baseados em relações de amizade, parentesco e compadrio podem se revestir de um caráter pessoal, como no caso da troca de dias, em que uma pessoa ajuda a outra no trabalho em sua terra e depois esta devolve o favor da mesma forma. Ainda podem se revestir de um caráter grupal ou coletivo, envolvendo a maioria das pessoas que formam uma dada vizinhança, como no caso do mutirão, onde se reúnem os moradores de uma localidade tendo em vista ajudar uma pessoa ou família realizando uma tarefa que se fosse ser feita individualmente ou apenas com a força de trabalho da família sobre cuja a terra será desenvolvida se tornaria muito penosa e demorada. Em ambos os casos trata-se de formas de cooperação tradicionais assentada na família como unidade básica de produção e de vida, que potencializam o uso da força de trabalho e tornam mais eficiente o esforço despendido, economizando tempo e recursos e fortalecendo laços sociais. (CALDEIRA, 1956 apud NETO, 2013, p.46)

As formas de cooperação simples, mas com alguma finalidade econômica são também muito comuns entre os assentados, tendo suas primeiras experiências nos primeiros anos de assentamento, principalmente diante da dificuldade econômica e técnica enfrentada pelos assentados nos primeiros anos após a conquista da terra.

<sup>15</sup> Esse período de produção da silagem para os animais, principalmente bovinos, demanda de certa força de trabalho extra, devido ao caráter da atividade.

<sup>16</sup> Tanto se organizam para compra conjunta da uva, aí tendo uma lógica monetária, como no processo de produção.

O entrevistado 2, relata que as sociedades de máquinas são bastante comuns nos assentamentos. Vizinhos que se unem para comprar um trator, ou uma semeadeira, um pulverizador que individualmente não teriam condição ou não teria viabilidade devido ao tamanho das propriedades. Os entrevistados 1, 2, 3, 5, 6 e 8 relatam que no assentamento existem formas de cooperação envolvendo algum tipo de maquinário agrícola. As associações de máquinas viabilizam a produção em grande escala, pois não seria economicamente vantajoso adquirir um trator, uma plantadeira, um pulverizador, que são equipamentos básicos no caso do assentamento, para a produção em um lote individual.

*Associações sem fins lucrativos* – essa é a forma organizativa mais abundante no meio rural brasileiro e também nos assentamentos. A associação juridicamente não pode desenvolver atividades econômicas, mas na prática acaba exercendo esse papel, ao menos nos estágios iniciais de organização do processo de cooperação. [...]. Dentre as atividades econômicas que desenvolvem pode-se citar: associações de máquinas (tratores, caminhões etc.) associação para venda da produção; para realização de feiras livres; para comercialização e industrialização de produtos. (CHRISTOFFOLI, 2015, p.185).

Os entrevistados 3 e 6 relatam que na sua comunidade (Assentamento Novo Sarandi), existe uma sociedade com 24 famílias que possuem uma encanteradeira em conjunto para facilitar o trabalho das famílias na produção do autoconsumo.

Desde as primeiras associações de máquinas, e de outras formas de cooperação simples com centralidade econômica que foram e são desenvolvidas na Annoni, todas surgem a partir da necessidade que aparecem nas atividades cotidianas, que no início do assentamento da Annoni, se somaram ao praticamente nulo poder aquisitivo da grande maioria dos assentados, que viam na associação uma das únicas formas de mecanizar a nova área, que tem grande potencial para isso. O entrevistado 5, lembra que após um período da divisão nas áreas eram entorno de 20 grupos de cooperação entre associações, cooperativas, grupos informais que desenvolviam alguma forma de trabalho.

No item a seguir serão relatadas as formas complexas de cooperação que existem hoje no assentamento, expressas nas cooperativas que ainda atuam no assentamento.

## 2.4 AS FORMAS MAIS COMPLEXAS DE COOPERAÇÃO DESENVOLVIDAS NO ASSENTAMENTO

Será tratado aqui como as formas complexas de cooperação as cooperativas que ainda atuam nesses assentamentos, sendo então a COPERLAT e a COOPTAR, uma cooperativa de prestação de serviços e uma cooperativa de produção agropecuária.

Algumas experiências com esse caráter já aconteceram nos assentamentos da Annoni, como já descrito acima, no ano de 1990 foi fundada a COANOL, e no ano de 2004 foi fundada a CODASUL.

Muitos são os fatores que fizeram com que estas cooperativas parassem com suas atividades, sendo estes relacionados a questões práticas, na relação com o sistema econômico, nas tomadas de decisões, enfim na sua operacionalidade, assim como questões não relacionadas a prática propriamente dita, mas que estão relacionadas com o “subjetivo” dos cooperados, fazendo com que estes não se apropriassem da nova forma de trabalho.

As experiências dos “laboratórios do campo”, desenvolvidas por Clodomir Santos de Moraes junto ao MST, no final da década de 80 início dos anos 90, produziram profundas reflexões e aprendizados quanto a organização produtiva dos assentamentos, porém algumas limitações foram observadas neste método.

Moraes partia do pressuposto que o “comportamento ideológico artesanal”<sup>17</sup> existente no meio rural deveria ser transformado, para supostamente desenvolver a consciência de classe nos trabalhadores.

A estrutura do processo produtivo em que está inserido o camponês, determina muito de suas atitudes sociais e traços de seu **comportamento ideológico** no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação (sindical, cooperativa, etc.) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é muito baixo e sim procede da incompatibilidade de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participação social.

Quando os camponeses resolvem formar um sindicato ou uma cooperativa de múltiplos serviços não tarda que, por circunstâncias políticas ou administrativas, em pouco tempo estas organizações sofram deformações em seu funcionamento. Desaparece o processo produtivo que teoricamente deveria estar socialmente dividido e o Presidente ou alguns diretores passa a realizar todas as funções e tarefas que corresponderiam a outros associados. (MORAIS, 1986, p.13).

Outros aspectos identificados que influenciaram na continuidade ou não de algumas das cooperativas do MST, é a consciência política existente dentro dos coletivos por parte de alguns militantes assentados que compunham as diferentes cooperativas. É

---

<sup>17</sup> O *comportamento ideológico artesão* – já os camponeses ou produtores simples de mercadorias trabalham a terra como proprietários, parceiros, arrendatários, ocupantes, parceiros etc. utilizando para isso seus próprios meios de produção e decidindo sobre o consumo e a distribuição dos produtos (Santos de MORAIS, 1986). A produção que eles desenvolvem é de caráter familiar ou eventualmente via a contratação de diaristas disso resultando uma mínima divisão social do processo produtivo. É comum que o mesmo indivíduo realize todas as operações no processo de produção, que comece e termine o mesmo produto. (CHRISTOFFOLI, p. 4 disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2000-org-871.pdf>>)

comum que alguns se apropriem mais que outros do debate político, e tenham melhor capacidade de despertar o censo político nos demais. Isso pode ser decisivo para manter a organização e a opção dos assentados pelo trabalho coletivo, mesmo quando se apresentem vários fatores adversos a isso.

Pedro – Por que tem alguns coletivos que sobrevivem e outros não?

Tem os fatores econômicos que eu acho que sempre pesam, o econômico como base material, eu tenho uma leitura que ao mesmo tempo tem uma matriz forte marxista, a base material determina muita coisa, eu posso ter uma joia idealisticamente, ideologia e tal, mas uma base material podre. A gente tinha um trabalho ideológico muito grande nos grupos, era um trabalho que a base material do grupo não funcionava, não tinha planejamento ou não cumpria o planejamento ou não tinha base de desenvolvimento e isso ia inviabilizando. *Mas assim, os grupos que sobreviveram têm características que tem lideranças, um núcleo de lideranças fortes que se manteve nos momentos de dificuldade. Essa é uma característica – isso é sociológico – mais do que base material, então assim, a base material ela é fundamental, mas não explica a sobrevivência ou não de coletivos. Há grupos que foram bem economicamente e se desmontaram, há grupos que foram mal... Então essa é uma característica que é importante: o fator liderança. Se eu tenho uma liderança que ela está convencida de um projeto e ela mantém – não quer dizer que ela mantém cem por cento das famílias não, mas ela mantém um núcleo que cruza o período das vacas magras, essa característica tem.... Então se tu vê grupos que sobraram, cooperativas que optaram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, aqui no Paraná tem um núcleo dirigente que se mantém, esse núcleo dirigente que da coesão e unidade para o processo, com características diferentes, não tem um núcleo dirigente, então isso é importante. Onde faltou esse núcleo dirigente, que aguentou o tranco nos momentos difíceis, desmanchou, ou a casos que nem eram... Na crise econômica antigamente tinham situações econômicas até boas que desmanchou por que tu não tinha esse núcleo dirigente capaz de... Esse não é um fator de base econômica, não é um fator só ideológico, não é só ideológico no sentido de clareza socialista [...] ai é essa área de tentar uma coisa, de saber lidar com os problemas, de método de trabalho com o pessoal, mas também de clareza de um projeto político [...]* (Fonte: Entrevista realizada com Pedro Christoffoli em 14/07/2011, em Laranjeiras do Sul, Paraná) (NETO, 2013, p. 70) (grifo do original)

Esses são alguns dos principais fatores apontados quando se questiona o porquê do fechamento de diversas cooperativas do MST, em diferentes regiões do Brasil. Somado a isso se tem a matriz de produção, adotada pela COANOL principalmente, a escolha por disputar com outras empresas os mercados do agronegócio, somado a pouca experiência inicial dos assentados também pesou negativamente na continuidade das atividades.

Dando continuidade a esse processo em 2008, partindo do acúmulo criado com as cooperativas passadas, e o aprendizado com o fracasso da COANOL, é constituída a COPERLAT (Cooperativas de Laticínios Pontão), inicialmente com 50 famílias, e a partir de seu primeiro mês de operacionalidade, contando com 76 associados produtores de leite

recebeu 107.856 litros de leite<sup>18</sup>. Ela é fruto da teimosia e da identificação por parte dos assentados com o MST.

O segmento na atividade do leite, se deu em vista do considerável número de famílias que desenvolviam a atividade e viam na cooperativa a viabilidade desta. Não somente ligada a cadeia do leite a COPERLAT atua também na organização da produção e da comercialização de alface, cenoura, beterraba, salsa, cebolinha, agrião, repolho, couve brócolis, assim como cultura de feijão, mandioca e batata doce principalmente.

Com essa necessidade de produzir, em vista da possibilidade de comercialização de produtos deste gênero, novas formas de cooperação surgiram, por exemplo, como relata o entrevistado 1, para construir uma estufa, para compra de sementes.

Um aspecto importante é o fato da COPERLAT, contrariando umas imposições normativas as vezes, recolhe a produção de leite de sócios com uma quantidade muito pequena de produção, os quais não seriam contemplados com a coleta e assistência técnica por outras empresas. O entrevistado 7 fala que esses sócios, com pouca produção, somam entorno de 40% dos cooperados da Annoni que entregam leite na cooperativa.

---

<sup>18</sup> A Cooperlat teve sua assembleia de fundação no mês de outubro de 2007, e iniciou as atividades em junho de 2008.

**Figura 5 – Imagem da COPERLAT**



Fonte: álbum do autor, 2018.

A COOPTAR é o seguimento de uma trajetória envolvendo um determinado grupo de famílias. O entrevistado 4 lembra que quando realocados nas áreas, a primeira atividade cooperada com intuito de gerar renda foi uma malharia, adquirida através de um projeto da CARITAS, onde 15 mulheres trabalhavam. Os recém assentado compravam o tecido e fabricavam as próprias roupas e vendiam aos outros assentados. Após, construíram uma grande horta coletiva, vendendo a produção na cidade de Passo Fundo.

Conta o entrevistado 4 que, após um tempo iniciaram com abate de suínos para fabricação de embutidos (salame) para vender em algumas cidades próximas como Pontão, Sarandi, Passo Fundo.

Essa é a iniciativa para a criação do frigorífico, principal atividade econômica do coletivo por demandar o maior número de mão de obra e ser a maior responsável por gerar renda aos trabalhadores. A COOPTAR é fundada em 1996, tendo uma ampliação das estruturas posteriormente em 2015.

Esta cooperativa é uma das experiências de CPAs que continuam com suas atividades produtivas totalmente coletivas, garantindo a renda para 15 famílias



associadas, onde se tem treze jovens trabalhando na cooperativa, principalmente no frigorífico, o qual tem capacidade para abater 800 suínos e 400 bovinos por mês. Os filhos de sócios que constituíram família construíram suas casas na agrovila. Todos os trabalhadores recebem por hora de trabalho, a partir dos 15 anos todos recebem o mesmo valor.

**Figura 2 – Frigorífico da COOPTAR.**



Fonte: Álbum do autor, 2018.

O entrevistado 2, lembra que optou pela cooperação na época pois, junto com alguns integrantes do seu grupo acreditavam que o trabalho cooperado seria base material para alguns membros do grupo poderem continuar o processo de organização da sociedade para uma possível transformação social mais radical. O entrevistado relata que com o tempo essa visão perdeu espaço para o viés econômico.

O entrevistado 1, relata também que via na cooperação a base material para poder liberar quadros para o debate político e organização da sociedade. Ele também lembra que ajudou a organizar alguns “laboratórios do campo” propostos por Clodomiro Santos de Moraes.

O entrevistado 5, lembrando que antes mesmo de acampar já havia visitado Cuba e conhecido algumas experiências coletivas, fez a opção por cooperar na época devido a



condição precária, comum das famílias, e devido a sua convicção que a forma individual de trabalho não servia para mudar a estrutura social.

Essas são as principais formas de cooperação identificadas que são desenvolvidas no assentamento. Tanto as simples como as complexas tem suma importância para a reprodução econômica e social dos assentados, moldando o cotidiano das famílias e moldando uma dinâmica de vivência entre os assentados e na relação destes com a sociedade como um todo.

### **3 - CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DA ANNONI**

#### **3.1 – PERSPECTIVA CHAYANOVIANA EM VISTA AS EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO NA FAZENDA ANNONI.**

Para realizar uma análise mais abrangente a respeito da cooperação e das cooperativas existentes no assentamento, olhando do ponto de vista da unidade camponesa familiar, é preciso compreender com mais profundidade como estas se relacionam economicamente com o modelo de produção e assim com o mercado e capital global. No modelo do agronegócio, principalmente para produção de soja e milho, as grandes empresas detentoras da tecnologia são quem dominam a cadeia produtiva, desde o fornecimento de insumos, sementes, tecnologias e por fim com o mercado exportador das commodities (principalmente a soja).

Martins descreve os agentes econômicos que comandam e exploram no meio rural.

Novos agentes financeiros se fortalecem, como por exemplo os diversos Fundos de Investimento que captaram dinheiro de setores médios da sociedade (trabalhadores situados nas faixas de melhor remuneração, bem como profissionais liberais) e captaram recursos da própria burguesia, para operar e especular no mercado financeiro. Também ganharam importância os diversos fundos de pensão (espécie de fundo complementar à aposentadoria) de diferentes categorias de trabalhadores no mundo inteiro, que aplicaram seus recursos em diversos tipos de títulos financeiros, buscando valorizar seus capitais. Agora não apenas os Bancos, mas muitos agentes financeiros também passam a atuar na especulação. (MARTINS, 2017, p. 70).

É preciso também, compreender o que se entende por agronegócio, como ele se expressa no meio rural.

Como agronegócio burguês compreende-se o conjunto de empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão relacionadas com os processos de produção, do beneficiamento, de industrialização e de comercialização de produtos e subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestal e agroextrativistas, e que são comercializadas com maior ou menor grau de beneficiamento predominantemente na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Essas mercadorias são denominadas, na expressão comercial, de “commodities”. Elas são cotadas em dólares, em função de serem preferências para a exportação e cuja cotação de preços é regulada pelo comportamento comercial desses produtos em outras praças no exterior. (CARVALHO, 2005, p. 198).

É também importante salientar, que o modelo do agronegócio, domina várias áreas, não somente ligadas diretamente a produção agrícola. São os interesses das

empresas estrangeiras, que determinam um modelo que se insere em várias esferas na sociedade brasileira. Para CARVALHO (2005), governo tende a acatar as determinações econômicas induzidas pelo capital financeiro e por organismos como o FMI, a OMC, o Banco Mundial e a FAO. O domínio da cadeia produtiva submete todos os seguimentos da produção rural aos seus interesses.

É possível, então, se sugerir que na conjuntura histórica atual brasileira das classes dominantes do país amplas parcelas das classes médias (rurais e urbanas), amplos setores das classes subalternas, a maior parte da intelectualidade de oposição e os governos, em particular o federal, aceitaram e aceitam como economicamente inevitável que a massa camponesa do país e parcelas importantes dos médios proprietários de terras rurais se subordinem diretamente, por diferentes formas de integração, ao agronegócio burguês. Essa posição ganha força na medida direta em que os camponeses (assentados) de diversos assentamentos da reforma agrária do país vão encontrando na integração com as agroindústrias e na utilização das sementes transgênicas uma forma cômoda de geração de renda em curto prazo. (CARVALHO, 2005, p. 200).

Quando o agricultor se torna altamente dependente da tecnologia imposta pelo modelo, a dominação e exploração do capital se aprofunda nas unidades produtivas, que passam a ser dependentes dos insumos, sementes e mercados.

A novidade da atual fase da Revolução Verde é a introdução de variedades de plantas combinadas com o uso de determinados produtos. As indústrias químicas procuram desenvolver variedades de culturas que melhor estimulem a venda de seus produtos. Com os direitos de propriedade e o patenteamento de plantas, abriu-se, para as principais empresas químicas, uma maneira de controlar o mercado de sementes e de produtos químicos. A nova semente deve ser introduzida especialmente para os agricultores nos países em desenvolvimento, mediante acordos que não se podem recusar e por preços que não se podem pagar (cf. MOONEY, 1987, p.69-70). Ressalte-se o fato de que o chamado Terceiro Mundo é institucionalmente muito vulnerável. “A tecnologia é, portanto, a chave para os lucros e os *royalties* são a garantia para o controle da tecnologia” (MOONEY, 1987, p. 54). Esse processo já está em andamento a décadas, desde quando foram oferecidas plantas mais produtivas aos agricultores, tornando-os dependentes de insumos químicos industriais. (ANDRIOLI, 2016, p. 196)

As contradições do modelo agroexportador se estendem, sendo que o modelo de desenvolvimento rural hegemônico do agronegócio burguês, conduzido diretamente pelas empresas oligopolistas multinacionais, é altamente degradador do meio ambiente, assim como socialmente excludente. Esse modelo torna o país uma colônia produtora e exportadora de matéria prima. Não se vê, por parte do Estado, nenhuma iniciativa que se mostre contrária ao agronegócio em busca de uma nova forma de agricultura (CARVALHO, 2005).

É nesse contexto e modelo produtivo que estão inseridas as famílias da Annoni, praticando uma agricultura que também expulsa os trabalhadores do meio rural, por ser altamente mecanizado, e não gerar renda suficiente para a permanência, principalmente do jovem no meio rural.

Com efeito, embora a produção permaneça familiar, tanto as transformações tecnológicas quanto as mudanças de comportamento nas sociedades modernas afetaram a composição interna da família. Não só as famílias são atualmente mais reduzidas como é menor a necessidade de envolver todos os seus membros no processo de trabalho do estabelecimento familiar. (WANDERLEY, 2014, p. 157)

Para o MST, organizar a produção, além de várias outras esferas no meio rural, é de suma importância para se garantir a reprodução social e econômica dos assentamentos. Ficou evidente que a matriz do agronegócio não serve para esse fim. Para Martins, a combinação da produção e da reprodução social é importante para a prosperidade dos assentamentos, sendo que eles devem ser compreendidos na sua totalidade.

De acordo com Cedenir de Oliveira (2015), reconhecia-se também a importância da escola organizada, da comunidade estruturada, da existência de uma rádio comunitária, da atuação dos grupos de jovens e de mulheres para construir a força política do assentamento. No entanto, reconhecia-se também que estes instrumentos eram insuficientes para enfrentar os problemas políticos advindos com o avanço do agronegócio com sua produção e com seu modelo técnico-produtivo avançando nos assentamentos.

Ficou evidente que, onde as famílias assentadas adotaram o modelo agrícola do agronegócio como sua estratégia de reprodução social, o MST perdeu força e o agronegócio é que passou a dar a direção e o rumo ao desenvolvimento local, reforçando sua dominação política, ampliando a exploração econômica e reproduzindo a visão de mundo dominante com seu controle ideológico. (MARTINS, 2017, p. 98).

Algumas famílias da Annoni, garantem sua reprodução desempenhando outras atividades produtivas, como por exemplo a produção de leite, atividade comum no assentamento, de grande importância para os assentados, acompanhada da produção de olerícolas e outras plantas de lavoura, por parte de alguns, principalmente através da COPERLAT, que como já descrito, organiza a produção e comercialização destes alimentos, proporcionando um novo impulso e o surgimento de algumas formas de cooperação no assentamento.

No que diz respeito às cooperativas, as novas formulações e a continuidade das que já existem, elas requerem um novo olhar, uma nova perspectiva que não seja a do agronegócio e da produção de commodities, em vista que as tentativas nesse sentido se mostraram não prósperas.

Chayanov, descreveu como era a relação das cooperativas de produção de produtos comercializados em larga escala para exportação, dessas com o mercado.

Como já sabemos, as experiências das cooperativas de produção de manteiga da Sibéria, da central de cultivo de linho e de outras associações cooperativas de larga escala nos oferecem razão de sobra para supor que nenhum êxito significativo pode ser alcançado na organização de exportações cooperativas, sem a entrada no mercado de organizações especializadas, de abrangência nacional, que disponham de grandes quantidades do produto e representem uma força substancial no mercado internacional. (CHAYANOV, 2017, p.284).

Ploeg (2008) em estudo de uma cooperativa e suas dimensões<sup>19</sup>, ressalta alguns princípios que podem fornecer profundo apoio para as novas formulações nas cooperativas, na sua relação com o mercado, assim como descreve que a forma de trabalho pode ser um importante mecanismo ao campesinato.

A agricultura implica, acima de tudo, *criar ativamente*, coisas, recursos, relações e símbolos. A partir dessa conclusão, chegamos ao quarto aspecto principal do processo de trabalho. É no processo de trabalho e através dele que o progresso pode ser alcançado. Isto significa que *o processo de trabalho é uma arena muito importante de luta social para o campesinato*. A luta social não ocorre apenas nas ruas, nas ocupações de terras, nas fábricas ou nos grandes supermercados (isto é, fora dos domínios da produção e do trabalho), nem precisa haver cartazes ou discursos inflamados de todas as cores. A luta social também deve ser vista como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis, provocando pequenas adaptações que, no seu conjunto, contribuem para a criação de um bem-estar aumentado, de uma renda mais elevada e de melhores perspectivas de futuro. Nesse aspecto, a cooperação é, frequentemente, um mecanismo-chave. (PLOEG, 2008, p. 43). (Grifo do original)

Quanto aos princípios, o primeiro é a “*exploração da heterogeneidade relevante no território*”<sup>20</sup>. O autor ressalta que muitos melhoramentos já estão disponíveis, embora escondidos, portanto não é necessário reinventá-los. “O que importa é encontrar, descobrir, testar e combinar muitos melhoramentos” (PLOEG, 2008, p. 227). Para o autor, esse princípio parte da realidade já existente, e está relacionado as características dos locais de produção, assim como do comércio, da indústria, onde o autor ressalta a importância da construção de novos equipamentos para produção, assim como a descoberta de novos recursos que já existem, porém não ganham relevância.

<sup>19</sup> Ploeg realizou um estudo de uma cooperativa na Frísia, província ao norte dos Países Baixos, denominada cooperativa das Florestas do Norte da Frísia. Essa cooperativa surge com a implementação de uma lei nacional ligada ao meio ambiente, a qual essa acarretaria na inviabilização da agricultura daquela massa camponesa.

<sup>20</sup> Assim como este os princípios apontados por PLOEG estão grifados em itálico, sendo o grifo do próprio autor.

As cooperativas já existentes, a cadeia do leite já implantada na Annoni, a grande capacidade de beneficiamento de matéria prima das cooperativas, são sem dúvida recursos que incorporados a um plano organizativo no conjunto do assentamento, podem produzir bons resultados. A disponibilidade de maquinário agrícola, o conhecimento adquirido com o passar dos anos agrícolas, também são recursos muito úteis as possíveis novas formulações. Por exemplo, com a iniciativa da COPERLAT para incentivo da produção de feijão, nesse caso a tecnologia de maquinário e muitas técnicas já são de domínio dos camponeses.

O segundo princípio apontado pelo autor é a *autonomia*, sendo que a evolução se dará a partir de recursos (tanto sociais quanto matérias) já disponíveis, sendo essencial o uso de recursos locais assim como “evitar novos padrões de dependência” (PLOEG, 2008, p. 227). Para o autor as mudanças deveriam ser estruturadas afim de gerar *benefícios práticos*, sendo esse o terceiro princípio.

Nesse ponto, talvez seja onde se observa a necessidade de uma guinada profunda dos camponeses da Annoni rumo a outra matriz, pois estes, no modelo atual, são intensivamente dependentes de insumos e sementes que são na sua totalidade fornecidos pelas empresas que dominam o ramo agrícola.

Observado como importante, é o ambiente social em que se inserem os assentados, que se formou nos processos de luta e sobrevivência no decorrer da permanência e reprodução dos sem terra da Annoni. Isso é positivo pois o meio social que se tem atualmente, apesar de em alguns aspectos serem negativos (devido principalmente as turbulências com as experiências fracassadas), é propenso ao debate.

O quarto princípio seria *combinar*, de forma inteligente os diferentes recursos disponíveis, podendo ser esses, novidades, recursos já disponíveis, recursos locais e atores. “Um aspecto intrigante dos quatro princípios de projeto mencionados até aqui é que eles são, de um ponto de vista teórico, princípios bastante *camponeses*” (PLOEG, 2008, p. 227). Para o autor esses princípios normalmente são associados ao desenvolvimento de unidades camponesas isoladas, mas eles podem ser colocados em funcionamento em outro nível, o da cooperativa que tem por objetivo transformar o meio rural.

Para Chayanov,

A arte política é, antes de tudo, a arte da implementação. Mesmo as mais celebradas ideias sociais e os planos mais ambiciosos, na ausência de um ambiente social apropriado e de métodos de implementação, não tem valor real da perspectiva da política econômica. (CHAYANOV, 2017, p. 271).

Na sua observação da relação da cooperativa estudada com o meio institucional, Ploeg, desenvolve o quinto princípio, descrito a seguir,

Eles se baseiam, em quinto lugar, na consciência de que é inútil lutar uma batalha impossível. Ou seja, é preferível se empenhar em *movimentos colaterais*. Se, por exemplo, não for possível convencer os funcionários públicos da necessidade de determinadas mudanças, então é mais eficiente fomentar as relações com os parlamentares. (PLOEG, 2008, p. 228).

O próximo princípio denominado pelo autor como *interfaces diferentes*, consiste na utilização das diferentes interfaces dentro do aparelho estatal, onde o autor explica que muitas vezes não é vantajoso, que é melhor não desperdiçar energia tentando, por exemplo, mudar um determinado esquema regulador em conflito com as condições locais, porém nos raros momentos que esses esquemas reguladores se transformam pode haver oportunidades para gerar mudanças, sendo que assim, a previsão dos acontecimentos se torna estratégica. (PLOEG, 2008).

Um sétimo princípio está relacionado com a *natureza das inter-relações estabelecidas*. “Essas inter-relações tendem a ser flexíveis e móveis e, por isso, permitem heterogeneidade e um desenvolvimento contínuo” (PLOEG, 2008, p. 228). O autor defende que não existe um modelo específico de produção para determinado produto agrícola, mas que existem vários objetivos específicos e que a aplicação mecânica não é possível e nem desejável. Sendo assim variadas formas de produzir um determinado gênero de produto podem ser desenvolvidas (PLOEG, 2008).

A escalada para a industrialização e comercialização do leite na COPERLAT, é de suma importância para a manutenção da cooperativa e das unidades camponesas, muitas vantagens são obtidas quando se tem o domínio de toda a cadeia produtiva, pois quando se produz o produto acabado, e realiza a venda direta, se diminui a interferência e a exploração do capital na cooperativa, podendo aumentar o ganho das famílias produtoras.

Buscando uma síntese política deste processo de resistência camponesa, desenvolvida nos assentamentos da RMPA<sup>21</sup>, organizados pelo MST, podem-se indicar os seguintes aspectos relevantes:

- a) O processo ocorre com base em um amplo sistema de cooperação agrícola, articulando vários níveis de entre ajuda, compondo um conglomerado de cooperação, indo desde a produção primária a agroindústria. Chega-se a ter o controle de todos os elos que compõem a cadeia produtiva do arroz; (MARTINS, 2017, p. 213).

---

<sup>21</sup> Região Metropolitana de Porto Alegre.

Um ponto importante a se ressaltar aqui, diz respeito a organização da comercialização dos produtos, que representa a parte final da cadeia.

Coordenar a expansão do volume de vendas cooperativas, o desenvolvimento organizacional do sistema cooperativo e a expansão da base financeira da atividade cooperativa – isso é o que assegura o sucesso de uma operação cooperativa, ou mesmo qualquer tipo de operação econômica de grande escala. (CHAYANOV, 2017, p. 276).

Chayanov também afirmava que as unidades camponesas eram a gênese dos processos de cooperação, que devia ser delas que se originariam as formas de cooperação que se estenderiam pelo meio rural,

Reconhece-se que um dos fundamentos do movimento cooperativo é a iniciativa espontânea da população. A unidade cooperativa local é a principal fonte de vida da cooperativa. É nela que os novos planos emergem. É nela que a vida cooperativa é criada. E é nela, também, assim parece, que se expressa a vontade da população que espontaneamente aderiu as cooperativas. (CHAYANOV, 2017, p. 284).

As cooperativas se mostram importantes ferramentas para a manutenção das famílias da Annoni, sendo que compreender como elas se relacionam com o sistema capitalista para poder desenvolver formas de anular a interferência do sistema econômico nas mesmas. No capítulo a seguir, serão descritos os principais limites e perspectivas para a cooperação no assentamento.

### 3.2 OS PRINCIPAIS LIMITES E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO DO MST NA ANNONI

Partindo do pressuposto apontado pelos entrevistados 1, 2 e 4, que a matriz produtiva é maior limitante para o desenvolvimento das relações de cooperação no assentamento, é preciso compreender um pouco qual a influência desta nos assentamentos, quais as características das unidades produtivas que reproduzem a agricultura do agronegócio.

Em primeiro lugar, a questão do caráter familiar da unidade de produção continua a se colocar na atualidade na medida em que continuam a existir nas sociedades modernas unidades de produção cuja força de trabalho fundamental é fornecida pela família proprietária. E isto mesmo quando a produção familiar se moderniza e se integra ao processo global de acumulação do capital na sociedade. Em segundo lugar, o reconhecimento de um processo mais amplo determinante de subordinação da produção agrícola ao “movimento do capital” não é incompatível com o reconhecimento da existência de um movimento interno da unidade de produção familiar, cujo eixo é dado pelo seu caráter



familiar e que tem como objetivo preservar uma margem de autonomia da família proprietária que trabalha (WANDERLEY, 2014, p. 154).

Como observado, o caráter familiar é presente no meio rural, e isso não é diferente nos assentamentos. Contudo, é preciso analisar os efeitos que a agricultura moderna produz na composição das famílias e na sua organização. É comum as famílias diminuírem de tamanho pois, não tendo opções de trabalho e renda, buscam principalmente na proletarianização meios de adquiri-la.

No processo de esvaziamento populacional do meio rural, percebe-se que os jovens são primeiros a irem para a cidade, em busca do estudo, emprego e melhores condições de vida, comprometendo o processo de sucessão hereditária nas propriedades rurais.

A maioria dos jovens que resta no meio rural não quer permanecer nas atividades agropecuárias, principalmente as jovens, que são incentivadas pelos pais a irem para a cidade em busca de estudo, emprego e melhores condições de vida. Essa realidade é identificada na pesquisa realizada pelas professoras Anita Brumer e Rosani Spanevello na Região Sul do Brasil no ano de 2007, que constatou que 54% dos rapazes e 74% das moças entrevistadas declararam que não pretendem continuar na atividade agrícola. (GOMES, 2013, p. 335).

Quanto a relação das cooperativas com o sistema econômico, muitas vezes estas se tornam simplesmente mecanismos de relação do agricultor com este.

A cooperação existia e existe em muitos países capitalistas. Porém, tanto entre nós antes da revolução quanto em outros países capitalistas, foi apenas a adaptação dos pequenos produtores de mercadorias às condições da sociedade capitalista, foi apenas uma arma na luta pela sobrevivência. Não se tratava nem podia tratar-se de uma nova estrutura social. (WANDERLEY, 2014, p. 151 *apud* CHAYANOV, 1974, p. 288).

Principalmente as cooperativas organizadas na Annoni, tinham seu caráter totalmente voltado a produção para o mercado das commodities, principalmente a produção da soja, que continua sendo a cultura principal neste assentamento.

O entrevistado 7, aponta que a visão individualista e o esvaziamento do assentamento são grandes entraves para a cooperação, principalmente com o êxodo da juventude que busca outras formas de geração de renda. O entrevistado fala que isso afeta tanto nas cooperativas como nas comunidades.

Como em muitos casos, a cooperativa é vista somente como uma forma mais vantajosa de se relacionar com o mercado, os assentados além da resistência a novas formulações, em muitos casos optam por estabelecer relações com outras empresas, não sendo as dos assentados. Isso acontece na COPERLAT por exemplo, onde diversas outras empresas estão inseridas na cadeia do leite na região.

Alguns mecanismos são úteis na disputa das cooperativas com o mercado global. A venda de produtos diferenciados, como por exemplo orgânico ou agroecológico, pode ser uma importante ferramenta para a prosperidade das cooperativas e consequentemente dos agricultores. O MST, que tem a agroecologia como bandeira de luta, entre outras, vê na produção de alimentos uma alternativa econômica para as famílias, assim como uma nova forma de relação dos assentados com o meio ambiente e consigo mesmos, reduzindo ou até mesmo anulando a interferência do capital no modo de produzir de alguns assentamentos onde a agroecologia é desenvolvida.

Ao enfrentar objetivamente o modelo de produção e o modelo tecnológico, com uma gestão democrática, cooperada, de base popular, gerando conhecimento técnico-produtivo, dirigida por uma organização política, as famílias assentadas na RMPA<sup>22</sup>, constroem alternativas de resistência político-organizativa, econômica e social. (MARTINS, 2017, p. 205).

É claro que o exemplo citado envolve uma complexidade de formas de cooperação e organização, porém ressalta como a organização dos assentados, vinculada a conhecimentos técnicos (envolvendo as áreas agrônomicas até os mercados) e políticos, podem transformar os assentamentos em locais economicamente desenvolvidos, ambientalmente conscientes e politicamente ativos.

Um ponto positivo que se tem é o avanço para o processamento do leite na COPERLAT (produção de bebida láctea, queijo) assim como a comercialização destes, pois isso diminui o risco do mercado e aumenta a autonomia da cooperativa e das famílias produtoras, lembrando que o sucesso de uma cooperativa é medido pelo sucesso de seus associados. Como o insumo básico (leite) é produzido pelos assentados, o beneficiamento apresenta algumas vantagens. Esta cooperativa, também está em fase de implantação de uma unidade de beneficiamento e embalagem de feijão, afim de incentivar a produção deste alimento.

A COOPTAR também possui uma estrutura de frigorífico na qual a matéria prima é proveniente também do assentamento, mas na sua maior parte de outros produtores de gado e suínos. Se produzida de forma cooperada com a comunidade – a matéria prima – se poderia ter algumas vantagens diante do mercado.

Como demonstramos em capítulos anteriores, a principal vantagem competitiva das cooperativas de comercialização emerge do fato de trabalharem não com mercadorias compradas, mas com seus próprios produtos, o que lhes permite suportar qualquer queda nos preços sem ter abalado seu empreendimento, pelo fato de as perdas desviarem-se para a

---

<sup>22</sup> Região Metropolitana de Porto Alegre.

própria unidade camponesa que possuem uma tremenda estabilidade e flexibilidade.

Uma cooperativa, uma vez que é sempre menos empresarial e rejeita, em princípio, muitas formas de operação comercial, terá imensa dificuldade para competir com o capital comercial e industrial, na organização da produção capitalista. Por essas razões, qualquer entusiasmo excessivo por processamento irá minar nossas posições. Essas são as considerações que obrigam as cooperativas a restringirem-se somente àqueles estágios do processamento em que o valor do insumo básico constitui a maior parte do valor do produto acabado, de modo a manter todas as vantagens de um empreendimento cooperativo em relação a uma empresa capitalista. (CHAYANOV, 2017, p. 182).

Na COOPTAR, algumas perspectivas também são observadas, a ampliação e adequação do frigorífico que aconteceu recentemente pode ser uma oportunidade a continuidade do beneficiamento de carnes. Outro ponto observado como positivo nesta cooperativa é a presença expressiva da juventude nas atividades, e o incentivo que se tem por parte dos cooperados quanto a permanência dos mesmos no assentamento.

Este item apresentou os principais limites e perspectivas observados na pesquisa, podendo ser uma ferramenta para se poder fortalecer e qualificar os processos de cooperação no assentamento, para assim poder tornar o assentamento um lugar desenvolvido economicamente e politicamente ativo.

## 4 CONCLUSÃO

O ideário dos trabalhadores, sua forma de se relacionar com os demais e com os recursos naturais é formulado a partir de sua cultura camponesa, assim como dos acúmulos incorporados durante o processo de luta, acampamento e assentamento.

No período inicial de assentamento, os sem terra viam na cooperação um dos únicos meios para iniciar suas atividades agrícolas, sair daquela estagnação que se apresentava devido principalmente à limitação financeira que obviamente se apresentava as famílias. O debate a respeito do trabalho coletivo, muito incentivado por setores da igreja católica, que foi construído dentro do acampamento também influenciou as iniciativas coletivas.

Além de condicionar as famílias a avançarem na produção no assentamento, essas formas de cooperação têm influência na construção da ideologia dos assentados, e desenvolve valores humanistas nos mesmos. A comunidade e suas várias dimensões, algumas descritas neste estudo, são fundamentais para a permanência dos assentados na terra, pois criam vínculos afetivos que vão além do econômico puramente.

As experiências com as cooperativas foram e são muito importantes para os assentamentos, pois além de garantirem renda a muitas famílias, contribuíram para que o MST de uma forma geral, e na Annoni, pudessem perceber algumas limitações e potencialidades dessas formas de trabalho coletivo.

O estudo realizado, ressalta a necessidade de se desenvolver pesquisas junto aos assentados, no intuito de conhecer mais profundamente a influência do modelo econômico na autonomia e no modo de produzir das famílias, para assim poder qualificar e planejar com mais eficácia as ações coletivas no assentamento. Isso se aplica também as cooperativas.

Um aspecto observado no estudo, que influencia na formulação de novas atividades coletivas, é a falta de um plano geral que envolva o conjunto do assentamento. A ausência de um agente de debate (No caso o MST, que já foi apontado acima), seja talvez um dos principais limitantes a cooperação, pois no cotidiano o assentamento é minado de outros agentes que moldam o ideário dos assentados, os quais, obviamente, reproduzem a matriz produtiva e atrelado a isso a ideologia capitalista.

O ponto de vista a partir de Chayanov, oferece algumas “lentes” que possibilitam um novo olhar quanto as possíveis novas formulações, mas principalmente mostram a

necessidade de compreendermos os assentados como agentes políticos de desenvolvimento.

A iniciativa por parte das cooperativas em desenvolverem novas atividades ou qualificar as já existentes (Industrialização do leite, beneficiamento de feijão, ampliação do frigorífico) mostram a compreensão por parte de alguns assentados da necessidade da continuidade dessas atividades para a reprodução e permanência do assentamento. Isso pode ser potencializado se somado ao conhecimento técnico que agora é mais presente nas cooperativas e no próprio MST.

Aqui também se deve salientar a contribuição das políticas públicas como PNAE, que gera novos impulsos quanto a cooperação no assentamento.

A cooperação, assim, se mostra uma importante ferramenta para a reprodução das famílias, para a permanência dos trabalhadores no campo, podendo estes ter no assentamento um lugar de desenvolvimento econômico e social.

Conhecer as contradições, as necessidades e as potencialidades construídas no decorrer da construção dos assentamentos seja talvez uma das principais ferramentas para as novas formulações do MST.

## REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio, Inácio. **Soja orgânica versus soja transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2017.

BONAVIGO, Elizabete Ana; BAVARESCO, Pedro Antônio. In: TEDESCO, João Carlos, GOES, Valdemar da Silva. **Entre cruzeiros, bandeiras e cartilhas: A mediação do campo eclesialístico na luta pela terra no norte do RS 1960-2010**. Passo Fundo: Editora Habilis, 2011.

CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a luta pela terra no Brasil**. [Tradução de Cristina Yamagami]. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 164 – 181.

CARVALHO, Horacio, Martins. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014. 304 p.

CARVALHO, Horacio, Martins. **O campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

DANILOV, Viktor. In: CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOMES, Ezio José. In: COTRIN, Décio (Org.). **Gestão de cooperativas: Produção acadêmica da ASCAR**. [Recurso eletrônico]. EMATER/ASCAR. Porto Alegre: 2013. Disponível em  
<[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/E\\_Book2\\_Versao%20Final.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/E_Book2_Versao%20Final.pdf)>  
Acesso em 19 de maio de 2018.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manoel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

MARTINS, Adalberto, Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: Apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2017, 219 p.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

MORAIS, Clodomiro, Santos de. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**: Caderno de formação nº 11. São Paulo: 1986.

MST. Cartilha de apoio 1 – **Programa de formação para a Cooperação e Organização dos assentamentos**. São Paulo: 2008.

NETO, João, Augusto de Andrade. **Cooperação e organização em assentamentos rurais**: a proposta das comunas da terra e a virada do MST para os “urbanos”. 2013, 314 p. Tese (Programa de pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2011.

NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

TEDESCO, João Carlos, CARINI, Joel João (orgs.) **Conflitos agrários no norte gaúcho**. Porto Alegre: Editora Est, 2008. p. 1 – 98.

TEDESCO, João Carlos, GOES, Valdemar da Silva. **Entre cruzeiros, bandeiras e cartilhas**: A mediação do campo eclesial na luta pela terra no norte do RS 1960-2010. Passo Fundo: Editora Habilis, 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. In: CARVALHO, Horácio Martins (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

## APENDICES

### **Apêndice 1 - Questionário aplicado a moradores que participaram de todo o processo de luta e assentamento**

- 1) Antes da ocupação da Annoni, como se deu a organização das famílias com o intuito da ocupação? (Através do que a família decidiu acampar? Como ficou sabendo? Cooperação implícita)
- 2) Após a efetivação do acampamento, como se dava a organização para o funcionamento do acampamento (a ajuda entre vizinhos, as tarefas, a resistência)?
- 3) Você se recorda das primeiras experiências de cooperação no assentamento (associação ou troca de insumos ou de ferramentas, ou mutirão por exemplo) como se deram?
- 4) Em que período iniciou a discussão sobre a cooperação agrícola?
- 5) Como se deu essa discussão?
- 6) Com qual objetivo?
- 7) O que levou você a optar pela cooperação na época?
- 8) Quais as formas de cooperação existentes hoje no assentamento além da cooperativa? (Em relação a comunidade, as trocas de festas, a entre ajuda com os vizinhos por exemplo)
- 9) Qual o papel que a cooperação cumpre, de seu ponto de vista, hoje nos assentamentos?
- 10) O que você vê de principal limitante para o desenvolvimento das relações de cooperação nos assentamentos?

### **Apêndice 2 – Questionário aplicado a trabalhadores e pessoas que trabalharam nas cooperativas**

- 1) Você se recorda quando começou a trabalhar nas cooperativas do MST, como decidiu fazer isso. Na época no que atuava quando iniciou?
- 2) Qual a sua trajetória nas cooperativas do movimento? (Em quais cooperativas trabalhou e em que área).
- 3) Por qual motivo optou por trabalhar nas cooperativas do MST, e pelos quais ainda segue hoje trabalhando? (Econômico, político entre outros ...).
- 4) Além das cooperativas, quais as formas de cooperação que você observa nos assentamentos? (Comunidade, esporte, festas ...).



- 5) Qual o papel que a cooperação cumpre, do seu ponto de vista, hoje nos assentamentos?
- 6) O que você vê de principal limitante para o desenvolvimento das relações de cooperação nos assentamentos?

